



Centro Universitário de Brasília - UniCEUB

Faculdade de Ciências Jurídicas - FAJS

RENATA ALECRIM VIANA

**PELA PAZ DE MINERVA: UMA ANÁLISE DE GÊNERO SOBRE A
PARTICIPAÇÃO BRASILEIRA NA MINUSTAH**

BRASÍLIA

2015

RENATA ALECRIM VIANA

**PELA PAZ DE MINERVA: UMA ANÁLISE DE GÊNERO SOBRE A
PARTICIPAÇÃO BRASILEIRA NA MINUSTAH**

Monografia apresentada como requisito para
conclusão do curso de bacharelado em
Relações Internacionais do Centro
Universitário de Brasília (UniCEUB)

Orientadora: Prof. Frederico Seixas Dias

BRASÍLIA

2015

RENATA ALECRIM VIANA

**PELA PAZ DE MINERVA: UMA ANÁLISE DE GÊNERO SOBRE A
PARTICIPAÇÃO BRASILEIRA NA MINUSTAH**

Monografia apresentada como requisito para
conclusão do curso de bacharelado em
Relações Internacionais do Centro
Universitário de Brasília (UniCEUB)

Brasília, ____ de _____ de 2014

Banca examinadora:

Professor Frederico Seixas Dias

Orientador

Professor examinador

Professor examinador

À minha amiga Thayane Hirata que, devido às tristes reviravoltas da vida, não possuiu a chance de elaborar sua própria monografia.

AGRADECIMENTOS

Com a monografia terminada, gostaria de prestar meus sinceros agradecimentos às pessoas que estiveram ao meu lado ao longo dessa jornada:

Primeiramente, agradeço ao apoio incondicional proporcionado pelos meus pais e irmão durante toda a graduação e por terem sempre acreditado no meu potencial;

Aos meus tios que me receberam em Brasília e que me deram todo o suporte e carinho que necessitava;

A todos os meus professores ao longo da graduação, especialmente ao meu orientador, Frederico Dias, pela orientação, apoio e confiança;

Aos amigos de longa data que mostraram ser pacientes e prestativos durante a elaboração desse trabalho, e aos amigos feitos no decorrer da graduação, os quais, espero, continuarão presentes em minha vida.

RESUMO

O trabalho analisa participação brasileira na MINUSTAH. Devido à característica multidimensional, de cooperação técnica e de instrumentos de *statebuilding* que a Missão de Paz no Haiti detém, nota-se a necessidade de compreender e analisar o que a teoria de gênero das Relações Internacionais tem a propor sobre a temática de pacificação e insegurança internacional. Nesse contexto, o objetivo procurado, por causa da convergência entre os ideais feministas e as atuais operações de paz das Nações Unidas, é uma análise de como se sucede o envolvimento brasileiro no Haiti, tendo como parâmetro a inclusão do gênero em uma realidade politicamente masculinizada presente nos contextos das missões e, também, como tal abordagem colabora para a realização dos objetivos específicos da operação. Para tanto, foi notado ao longo da pesquisa a importância e essencialidade de se fazer uma *checklist* com fatores que possam analisar de forma mais clara a aproximação do Governo Brasileiro na MINUSTAH com as premissas de gênero. Considera-se, no entanto, devido ao recente debate sobre as questões de gênero tanto nas missões de paz quanto nas diretrizes do Governo Brasileiro, especificamente do Ministério da Defesa e das Forças Armadas, que o futuro das operações multidimensionais será marcado pelas premissas do feminismo e, conseqüentemente, também assim serão as diretrizes dos países colaboradores, inclusive o Brasil.

Palavras-chaves: Participação brasileira, Teoria de Gênero, MINUSTAH, *checklist*, Nações Unidas.

ABSTRACT

This study examines the Brazilian participation in MINUSTAH. Because of the multidimensional characteristics, technical cooperation and statebuilding instruments that peacekeeping operation in Haiti holds, there is the need to understand and analyze what the International Relations gender theory has to offer on the subject of peace and international security. In this context, the objective sought, because of the convergence between feminist ideals and the current United Nations peacekeeping operations, is an analysis of how to succeed Brazil's involvement in Haiti, having as parameter the inclusion of gender in a politically masculine reality present in the contexts of missions and, also, as such approach contributes to achieving the specific objectives of the operation. To this end, it was noted during the research the importance and essentiality of making a checklist with factors that can analyze more clearly the approach of the Brazilian Government in MINUSTAH with gender assumptions. It is considered, however, due to the recent debate on gender issues both in peacekeeping and in the Brazilian government's guidelines, specifically the Ministry of Defence and Armed Forces, that the future of multidimensional operations will be marked by the premises of feminism and, consequently, will also be the guidelines of the collaborating countries, including Brazil.

Key words: Brazilian involvement, Gender Theory , MINUSTAH , checklist , United Nations.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 ANÁLISE DA TEORIA DE GÊNERO E SUA COLABORAÇÃO PARA OS PRINCIPAIS CONCEITOS DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS	12
1.1 Poder e Teoria de Gênero	13
1.2 América Latina e Teoria de Gênero	17
1.3 Relação Binária Oposta, Autonomia e Teoria de Gênero	20
1.5 Segurança, Militarização e Teoria de Gênero	21
2 AS NAÇÕES UNIDAS E SUAS CONCEPÇÕES SOBRE A PARTICIPAÇÃO FEMININA E O LITÍGIO DE GÊNERO.....	29
2.1 Histórico e Conceitualização das Missões de Paz da ONU:	30
2.2 Mulheres e as Missões de Manutenção de Paz	35
2.3 Gênero e as Missões de Manutenção de Paz.....	39
3 LEVANTAMENTO HISTÓRICO DO BRASIL NAS OPERAÇÕES DE PAZ E NA SUA PARTICIPAÇÃO NA MINUSTAH, ELABORAÇÃO DE UM CHECKLIST E ANÁLISE DE GÊNERO NA MISSÃO.....	43
3.2 Brasil e Missões de Paz	43
3.3 Brasil e MINUSTAH.....	47
3.3.1 Eficiência na realização dos objetivos da própria MINUSTAH como também do alcance dos interesses do Governo Brasileiro	48
3.3.2 O engajamento da participação brasileira para uma MINUSTAH menos masculinizada	52

3.4 Uma Checklist para o Entendimento de Gênero na Participação Brasileira na MINUSTAH	54
CONCLUSÃO.....	61
REFERÊNCIAS	64

INTRODUÇÃO

O atual cenário das Relações Internacionais pós-Guerra Fria, no tangente a Segurança Internacional, é marcado principalmente por conflitos intraestatais e pela preocupação das autoridades globais perante a relação diretamente proporcional entre fraco desenvolvimento político interno e pobreza às situações de guerra civil. Consequentemente é notável a crescente atenção dada a tais conjunturas pela Organização das Nações Unidas, tentando com as ações das Missões de Paz, a exemplo da MINUSTAH, manter a ordem em determinado país, juntamente com a construção de diretrizes nacionais para que ocorra um progresso interno. De tal forma, percebe-se uma convergência de interesses entre a ONU e as Forças Armadas do Brasil, já que essa instituição tem experiência em restaurar a ordem, prover infraestrutura e ajuda humanitária ao longo da história brasileira.

Por conseguinte, os teóricos de Relações Internacionais precisam analisar a relação entre tais partes usando como parâmetro os princípios defendidos pela teoria do gênero, ou seja, analisando a influência que proverá ao sistema global perante questões de segurança internacional e defesa nacional. Tal conexão, portanto, seria interessante, uma vez que, ao se utilizar de princípios de gênero na elaboração de diretrizes de missões de paz, o faria de forma que concretizaria na Paz de Minerva, a qual incluiria a perspectiva feminina, deixando-a mais completa e complexa, mais duradoura e menos masculinizada.

Assim, o objetivo geral dessa pesquisa seria compreender o potencial do Governo Brasileiro, especificamente a conjuntura do seu envolvimento na Operação para Estabilização do Haiti, cuja liderança militar é reservada ao Brasil, fazendo uma análise da teoria de gênero para além do papel militar da missão, incluindo o feminino em uma realidade politicamente masculinizada na política externa brasileira de participação em missões de paz. Destarte, o problema dessa pesquisa estaria na indagação de que em termos de uma desvalorização da masculinidade dos principais conceitos em Relações Internacionais, como poder, hierarquia, autonomia, segurança nacional, é possível perceber um padrão menos masculinizado, integrando mais elementos políticos femininos na participação brasileira durante a MINUSTAH, conscientemente visando a eficácia de sua contribuição à resolução do problema haitiano?

Em relação à metodologia do trabalho, é necessária uma escolha adequada sobre método científico a ser utilizado. De tal forma, são utilizados alguns princípios do método interpretativo, uma vez que permite uma releitura de documentos, discursos e ações

tomadas, como também as noções defendidas pelo método de estudo de caso, que por sua vez trabalha com eventos contemporâneos analisando todo o seu contexto atual de forma mais precisa (YIN, 2005).

A justificativa da importância do tema está bem assegurada, primeiramente, quando se refere ao meio acadêmico, pois, apesar de existir bastante literatura sobre a importância das Missões de Paz das Nações Unidas para o cumprimento dos objetivos da Política Externa Brasileira, não há grande preocupação, contudo, para com a influência que o Brasil pode exercer no modo de execução das mesmas, de como as missões se mostram uma solução para a problemática falta de objetividade do papel do poderio militar brasileiro desde a democratização política, e, principalmente, pela falta de uma análise da teoria do gênero sobre as questões de segurança internacional (TICKNER, 1992).

Há ainda uma segunda razão da necessidade do estudo perante as questões sociais brasileiras, uma vez que as PKOs (*Peacekeeping Operations*) aquietam as exasperações ainda persistentes da população frente à possibilidade de outra ascensão ao poder dos militares, já que dão um norte às Forças Armadas. Possui também um fator social ao importar para o Brasil os resultados positivos obtidos nas Missões frente ao desenvolvimento da infraestrutura e controle de um ambiente hostil, os quais são variáveis constantes também no ambiente brasileiro.

Assim, a fim de elaborar uma estrutura que permita uma pesquisa e análise da forma mais eficiente possível sobre uma viável menos masculinizada da participação brasileira na MINUSTAH, o trabalho foi dividido em três capítulos. O primeiro faz um levantamento sobre as correntes das teorias de Gênero nas Relações Internacionais, analisando suas contribuições para um entendimento menos masculino de vários conceitos da área, como poder, autonomia e hierarquia, além de fazer um estudo sobre o litígio de gênero na América Latina. O capítulo dois, por sua vez, é um estudo sobre a concepção que as Nações Unidas têm sobre a participação da mulher e sobre a questão de gênero nas Operações de Manutenção de Paz ao longo de sua história. Por fim, tem-se o terceiro capítulo que compila uma análise da história do Haiti desde a sua independência em 1804 até a criação da missão, para compreender a severidade e amplitude dos problemas políticos, sociais e econômicos que a ilha possui, da história da participação do Brasil em Missões de Paz, de como o engajamento do Brasil cresce junto com o desenvolvimento de novas operações, do envolvimento brasileiro no Haiti, além de se propor a analisar, através da elaboração de uma *checklist* em que medida ocorreu de fato uma diminuição dos ideais masculinos no *modus operatis* do Brasil na MINUSTAH.

A capacidade de compreender uma abordagem mais plena de elementos de gênero do poder e de outros conceitos associados a questões *mainstream* das Relações Internacionais é o que se espera desenvolver por meio dessa pesquisa. Incluí-la no planejamento de nossa política externa, e por não da doméstica, tem grande potencial para a inserção mais eficaz do Brasil no cenário internacional.

1ANÁLISE DA TEORIA DE GÊNERO E SUA COLABORAÇÃO PARA OS PRINCIPAIS CONCEITOS DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Com o fim do conflito e da polarização do mundo durante a guerra fria, a academia de Relações Internacionais percebeu a necessidade de uma nova e diferente maneira de abordagem dos principais temas da área, uma vez que as análises tradicionais do campo não conseguiam responder às preocupações que a comunidade global tinha sobre segurança, paz, questões econômicas e comerciais, além das novas problemáticas aderidas à agenda internacional, tais como meio ambiente, o litígio de gênero e desigualdade entre as nações. Com tal conjuntura, tem-se início o chamado terceiro grande debate do campo, o qual repensou o modo tradicional de se fazer “ciência”, caracterizado entre o embate dos pós-modernistas com os autores clássicos, sendo os últimos criticados pelos primeiros por sua maneira positivista de tratar a área, não apenas menosprezando, mas também, impedindo que as variáveis sociais, históricas, culturais, de gênero, étnicas e linguísticas desempenhassem papel fundamental nas Relações Internacionais. Não obstante, Smith sucinta bem a limitação que o pensamento positivista trouxe ao campo, ao defender que

“[...] that positivism’s importance has been not so much that it has given international theory a method but that its empiricist epistemology has determined what could be studied because it has determined what kind of things existed in international relations” (SMITH, 1966, p.11).

Com tal cenário, a teoria de gênero nas Relações Internacionais ganha escopo e traz para as discussões acadêmicas a perspectiva de como a problemática de gênero influencia e é determinada pelas atividades externas dos agentes internacionais. Essa corrente trouxe reflexões importantes sobre vários temas da área, a exemplo o militarismo, autonomia, interdependência e o entendimento de poder. Não obstante, pode-se notar uma aproximação entre as premissas da nova teoria com a noção empregada pela Nações Unidas, a partir da década de 1990, sobre as Missões de Paz ao se perceber que, principalmente nas missões de cooperação técnica, a variável do poder assume uma noção mais complexa e abrangente, como na MINUSTAH (*United Nations Stabilization Mission in Haiti*) e, no caso brasileiro, se diagnosticado certa convergência entre as ações do poderio militar com as diretrizes da linha de pensamento feminista, suscitaria também a saturação, desde a democratização brasileira, do *modus operandi* clássico das Forças Armadas. (SANTOS, 2004, p.116). Assim, faz-se necessário saber se teoria de gênero auxiliaria, de fato, na construção de uma missão de paz,

efetivando a inclusão do feminino em uma realidade politicamente masculinizada, como o caso da participação do Brasil na MINUSTAH.

Portanto, com a evolução da pesquisa, nota-se que a teoria de gênero das Relações Internacionais se apresentou, também, como um avanço ao denunciar o processo de naturalização dos preceitos tradicionais e positivistas da área. Tal progresso é notado, adiante, no conceito de poder, que como já abordado, aderiu uma conotação mais dinâmica e profunda, caracterizado, então, como *power with*; com a noção da anarquia que é criticada por a comunidade internacional, na realidade, se tratar de uma hierarquia do gênero; no princípio da autonomia, que no atual contexto de globalização não se aplica mais, pois presenciamos, de fato, uma interdependência. Também produz uma reflexão de como a América Latina se aproxima com as perspectivas feministas, por ter sua situação na sociedade internacional parecida com a da mulher na conjectura externa, por compartilharem, como exemplos, o ônus da hierarquia norte-sul nas relações internacionais, na realidade de periferia, e na falta de legitimidade e autonomia para debater temas considerados centrais na academia.

Vale ressaltar que o feminismo aqui abordado não está relacionado com a superioridade ou inferioridade de um sexo sobre o outro, como algumas feministas radicais e alguns leigos afirmam (ALLEN, 2014, p. 8), mas sim sobre a teoria feminista como uma vertente que analisa como o litígio do gênero e a marginalização da mulher influenciaram nas políticas num contexto global, e até que medida uma abordagem que inclua as perspectivas do gênero sobre poder, segurança, paz, etc. poderia ser mais eficaz que a anterior. No entanto, para que a teoria feminista tenha espaço na academia de Relações Internacionais, é necessário que se repense alguns conceitos chaves do campo, como poder, segurança, autonomia, soberania e afins.

1.1 Poder e Teoria de Gênero

Assim, como em toda corrente de pensamento nas ciências sociais, o feminismo não é uma unidade em si mesmo, e possui várias facetas e modos de refletir sobre a questão de gênero nas relações internacionais (ALLEN, 2014, p.2). Dessa maneira, existem três principais perspectivas que debatem sobre como diminuir a desigualdade de gênero e sobre suas consequências no campo a partir conceitualização do poder, as quais se denominam “*as a*

resource to be (re)distributed, as domination, and as empowerment.” (Allen, 2014, p.2). Assim, para a primeira categorização, defendida pelas feministas liberais, o poder é entendido como um recurso que é mal distribuído entre homens e mulheres, e, para que houvesse uma superação da marginalização feminina, seria necessária somente uma redistribuição do bem. Tal abordagem é criticada por ser altamente superficial, uma vez que não engloba em sua análise que a questão de gênero é algo socialmente, politicamente e culturalmente construído e imposta geração após geração, e por não entender poder como algo dinâmico, contextual e dependente das relações entre os indivíduos e entre os seus grupos, ou seja, para eles poder é *“a kind of stuff that can be possessed by individuals in greater or lesser amounts”* (YOUNG, 1990, p.31).

Não obstante, tem-se o entendimento de poder como dominação, sendo o conceito mais reconhecido pelas teóricas marxistas, mas não exclusivamente, uma vez que é abordado por outras pensadoras mais específicas, como as feministas fenomenológicas, as radicais, as interseccionais, as pós-culturalistas, entre outras. Contudo, a variante comum da noção de poder entre esses teóricos é de não somente um *power over* (poder sobre), mas, mais especificamente, o poder sobre uma relação injusta e ilegítima que é perpetuada ao longo da história.

Assim, a título de conceitualização, as feministas fenomenológicas detém seu argumento de opressão na situação em que, devido ao processo histórico e cultural, o homem tem a característica de sujeito, de um ser transcendental, portanto a essência e o senhor das suas atitudes, enquanto a mulher é dada a forma de outra, de incidente, de falta de capacidade de ser seu próprio agente, não podendo, portanto, transcender. Assim, a relação de dominador e dominada estaria em *“that women are oppressed because they are compelled to assume the status of the Other, doomed to immanence.”* (BEAUVOIR, 1974, p. 34). Diferentemente das liberais e fenomenológicas, as teóricas radicais entendem a relações dualísticas de dominação entre os sexos como uma associação entre mestre e escravo, ou seja, uma associação entre os detentores de poder e os impotentes, homens e mulheres, respectivamente. De tal forma, MacKinnon (1993, p.219) afirma que a *“difference is the velvet glove on the iron fist of domination. The problem is not that differences are not valued; the problem is that they are defined by power”*.

Todavia, de acordo com as pensadoras socialistas, a associação de dominação experimentada pelos gêneros estaria atrelada com a teoria elaborada por Karl Marx. Assim,

apesar de congratular a teoria marxista, as feministas socialistas afirmam que Marx ao focar somente na questão econômica da relação de dominação entre o capitalista e o proletariado, é cego para a problemática de gênero. A teorização ideal estaria, portanto, na concepção dual de opressão que engloba tanto “*the system of male domination, most often called ‘patriarchy’, produces the specific gender oppression of women; the system of the mode of production and class relations produces the class oppression and work alienation of most women*” (YOUNG, 1990b, p.21). Já para as feministas interseccionalistas, “*the goal [...] is to develop a single framework for analyzing power that encompasses gender, class, and race-based subordination, and their complex interconnections*” (ALLEN, 2014, p.12), ou seja, a proposta é ampliar ainda mais o escopo teórico que as pensadoras socialistas, radicais e fenomenológicas, aderindo a perspectiva da raça e socioeconômica.

Contudo, os pós-culturalistas pensam poder de acordo com a definição de Foucault, que afirma “*power as a mobile and constantly shifting set of force relations that emerge from every social interaction and thus pervade the social body*”(ALLEN, 2014, p. 13). Ademais, o autor defende a existência de uma noção moderna de poder, que se caracteriza como “*an analysis that focuses not on the concentration of power in the hands of the sovereign or the state, but instead on how power flows through the capillaries of the social body*” (FOUCAULT, 1977, p. 26). Sua influência nas feministas está no entendimento que poder advém da sociedade, dando abertura para uma perspectiva de gênero, ao afirmar que o pessoal é político.

Não obstante, além do entendimento de poder como um bem que deve ser melhor distribuído, defendido pelas liberais, e de poder como uma relação de *power over*, têm-se o conceito de empoderamento do poder. Tal classificação se oriunda de pensadores que acreditam que denominar poder como relação de dominação continua a ser exclusivista, uma vez que utiliza termos masculinos para se conceitualizar. De tal maneira, esses pensadores utilizam o termo *power to* (poder para) em vez de *power over*, já que para eles poder é uma capacidade ou habilidade, mais especificamente a capacidade de se transformar de englobar o outro na esfera particular e de desmistificar o vácuo entre o público e o privado, tornando-se uma alternativa para a versão tradicional masculinizada de *power over*. No entanto, existem críticas a essa abordagem, pois se afirma que “*this feminist understanding of power, which he calls transformative power, is actually a type of power-over, albeit one that is distinct from*

domination because it aims at empowering those over whom it is exercised.” (ALLEN, 2014, apud WARTENBERG, 1990).

De tal forma, percebe-se que a melhor versão de conceitualização do poder de uma maneira que considere o gênero no contexto das Forças Armadas brasileiras na MINUSTAH, é a afirmada por J. Ann Tickner. A autora utiliza como referência de normatização o conceito defendido pela Hannah Arendt (*On Violence*, 1970, p.44), para a qual poder é “uma capacidade humana de agir em concerto ou de tomar uma decisão juntamente com outros que compartilham o mesmo ideal”, e juntamente com tal compreensão Tickner afirma que:

“Power cannot be infused with meaning that is universally valid. Power as domination and control privileges masculinity and ignores the possibility of collective power, another aspect of power often associated with femininity” (TICKNER, 2005, p. 24) .

Ademais, Hannah Arendt faz colaborações importantíssimas para a elaboração do conceito de poder menos masculinizada, mesmo não sendo considerada por ela mesma uma feminista. Assim, afirma que poder, que emana do povo, é uma relação das dinâmicas entre grupos e dentro dos grupos, do diálogo entre eles, ou seja, não é uma propriedade do grupo, mas sim, de fato, algo instável, uma vez que depende do consenso dos indivíduos sobre determinados temas (PRESBEY, 1992, p.24). Ademais, Arendt inova ao afirmar a característica de não violência do poder, sendo, para ela, o par de opostos o poder e a violência, e não poder e a falta de poder (ARENDR, 1972, p. 140). Tal afirmação é interessante ao se verificar que existe uma prevalência da violência do mundo, caracterizando, utilizando o raciocínio da Arendt, a falta de poder ou a impotência das relações entre os agentes internacionais. Declara-se também o paradigma da não violência, o qual se caracteriza pelo fato de que é altamente (historicamente) possível conseguir tomar o poder de um grupo ou Estado pela violência, entretanto, ao assumir tal comunidade sem o consentimento do povo, esse novo *ruler* não teria poder para se manter e estaria fadado ao fracasso. Conseqüentemente, a autora afirma que quando um Estado utiliza da força e violência para alcançar seus objetivos, ele, na realidade, é fraco, impotente, já que não consegue manter o diálogo, sendo obrigado a empregar de subterfúgios ilegais. Ou seja, violência pode destruir o poder, mas nunca criá-lo.

Em conexão com os teóricos feministas que defendem o empoderamento do poder, Arendt, de acordo com Presbey (1992, p.29), afirma que *power over* é uma noção errônea de poder, mesmo que não utilize da violência física, uma vez que é construído através da

relações hierarquizadas, irracionais que colocam um grupo sobre o outro. Portanto, *power with* seria a verdadeira forma de poder, o qual é atrelado também ao pensamento do Mahatma Gandhi, que conceitualiza o Satyagraha (ou a força verdadeira) como o aspecto da não violência do poder, e para que uma comunidade seja poderosa de fato deve-se “*the people, the basis of the power [...] pledge allegiance, or give support and practical experience, then they as unit, leader and people together, are powerful*” (PRESBEY, 1992, p.29).

Outra relevante conceituação de poder e que nos serve para analisar o remodelamento das Forças Armadas brasileiras nas Missões de Paz, é a que poder não possui caráter unitário, mas sim múltiplo, com ampla quantidade de variáveis, as quais são necessárias para formar e sustentar as redes de relacionamento entre os Estados (ENLOE, 2004), sendo tais redes, de acordo com Arendt, o conceito puro de poder. É necessário salientar também que tal multiplicidade de poderes é comumente descartada nas linhas de pensamento mais tradicionais do campo, já que um sistema internacional mais simples e superficial prevalece o *status quo* injusto dos ideais masculinizados e dos Estados centrais do campo. Percebe-se tal tratamento quando questões sobre as mulheres, os pobres, a minoria e a periferia são silenciadas e postas em segundo plano pelas teorias clássicas do campo, ao serem delegadas aos estudos dos antropólogos.

A conotação de poder, portanto, abordada por esse trabalho está compreendida no alinhamento dos diferentes e complementares aspectos de poder apresentado por Tickner, Arendt, Enloe e Allan, englobando, assim, o conceito de poder coletivo, o entendimento que poder de fato advém do povo (não estando atrelada a violência), juntamente com a noção de redes de relacionamentos e influências e, com o *power to*, o qual entende poder como uma habilidade ou capacidade de influenciar, porém sem o controle ou dominação advindas das conceitualizações tradicionais.

1.2 América Latina e Teoria de Gênero

Ademais, devido ao foco do estudo estar na inserção brasileira nas Operações de Manutenção da Paz, mais especificamente sua atuação no Haiti, é interessante fazer uma análise da teoria de gênero com as relações internacionais da América Latina, e em que medida há uma aproximação entre as correntes.

Ressalta-se, então, uma conexão da multiplicidade de variedades e elementos que compõem as relações de poder, que fazem parte da teoria feminista, com os ideais do pensamento defendido pelo Edmundo Heredia em *Relaciones internacionales latinoamericanas: historiografías y teorías* sobre uma teorização latino-americana das Relações Internacionais. Segundo o autor, a América Latina deveria conjecturar uma teoria fora do escopo europeu e americano, entendendo a sua particularidade e a multiplicidade de atores e culturas, pois, por mais completa que uma teoria do centro possa aparentar, nunca irá corresponder precisamente com a realidade da região.

Assim, tal teoria deveria se basear basicamente na História, uma vez que os acontecimentos históricos, como a colonização, a independência, os anos da ditadura no século XX e a sua recente democratização, foram fatos que aconteceram de forma quase unânime em todos os países e praticamente na mesma época, demonstrando a similaridade histórica entre as nações latinas. Deveria, também, desfazer com a “colonização científica” no subcontinente americano, a qual se caracteriza quando “*el centro de gravedad del conocimiento de una nación está fuera de ella*”.(GALTUNG, 1975 apud HEREDIA, 2008, p.14).

É notável que a colonização científica ocorrida na América Latina não é um acontecimento restrito a uma região, ao contrário, nota-se que esse comportamento acontece praticamente com todas as minorias e periferias do mundo, inclusive com as mulheres, uma vez que elas, por serem silenciadas pelo patriarquismo - conceituado como sistema ideológico e estrutural que perpetua o privilégio do masculino (ENLOE, 2004) - ficam a mercê do que os cientistas, internacionalistas, sociólogos e antropólogos (etc) homens discorrem sobre problemas que o litígio do gênero traz, não possuindo, até o final do século XX, voz própria.

Outro aspecto que a teoria de gênero e uma possível teoria latino-americana têm em comum, é a sua descrença entre a dualidade de fatores, como a separação do público e do privado. Para as feministas, tal acontecimento não se aplica por perceber que os problemas enfrentados de gênero não se limitam a um Estado, e que essa dicotomia só privilegia o *status quo* masculino que pretende continuar separando as áreas entre as de interesse feminino e as de interesse masculino. Quanto à América Latina, por se tratar de uma área com grande diversidade cultural, étnica, social, biológica e linguística, nota-se os “*fenómenos de inter-relación entre naciones y pueblos, y entonces se toma cuenta que las culturas no se circunscriben a ámbitos nacionales, sino que los desbordan vinculando entre sí a los espacios*

nacionales” (HEREDIA, 2008,p.12), não respeitando, assim, as noções clássicas de Soberania e Estado, nem a dicotomia naturalizada pelas teorias tradicionais do campo.

Entretanto, a aproximação da teoria de gênero com a América Latina possui grandes dificuldades também, uma vez que a região, ao se apegar às suas tradições patriarcais machistas, não consegue debater temas importantes da retórica feminista. Assim, apesar de que atualmente, com leis que implementam cotas mínimas de participação de mulheres no poder legislativo, como no Chile, na Argentina, uma porcentagem mínima dos candidatos serem mulheres, *“Women are still often shut out of the most important committees and chairmanships, and women report that their male colleagues often do not take them seriously”* (JAQUETTE, 2004, p.3). Entretanto, percebe-se um aumento da eleição de mulheres como presidentes nos últimos anos na região. Tal aumento é explicável, primeiramente, pelo entendimento que as questões de gênero seriam mais bem debatidas se fossem levadas à bancada executiva, pela crença que mulheres são menos corruptas e, por último, devido à falsária convicção que ao votarem em uma representante mulher, automaticamente os cidadãos votariam em uma feminista de fato. Todavia, ressalva-se que a população que votou em uma candidata feminina é mínima se comparada com o todo e que a eleição de um representante feminino não significa que os princípios da questão de gênero serão debatidos. Ademais, devido aos valores tradicionais patriarcais da região, que impedem uma interpretação livre de preconceitos sobre os ideais do feminismo, para que questões como igualdade de salários entre os sexos ou violência de gênero sejam abordadas, os políticos devem defendê-las como se fossem uma bancada pró-família e não feminista.

Tal aversão às ideias feministas também podem estar relacionada, a nível étnico, a competição que parece existir entre os direitos do gênero e do índio, sendo tal debate de alta relevância em certos países da região, onde a participação indígena é expressiva, como a Bolívia, Paraguai e bem menos expressivamente, no Brasil. Por conseguinte, para que os direitos entre tais grupos não acarrete em uma segregação maior, deve-se reconhecer a importância dos Direitos Humanos para traçar um universo em comum e:

“They (as mulheres indígenas) recognize that they cannot hope to improve their situation until the indigenous are granted respect and the means to address their grinding poverty. The community comes first. The construction of indigenous identity based on gender complementarity makes it even harder for indigenous women to formulate, much less claim, their “individual” rights as women” (JAQUETTE, 2004, p.9).

Destarte, percebe-se, também, a necessidade, a título de uma contextualização da teoria do gênero na América Latina, e mais especialmente nos operantes brasileiros, uma análise de como as políticas populistas da região ajudam ou não na dispersão dos ideais feministas. Segundo, Molyneux,

“Populist governments (like earlier Marxist regimes) address women’s practical gender interests, that is, the everyday needs women have to care for their families: food, housing, health care and schools” (MOLYNEUX, 2007).

Aqui, nota-se que tal conexão pode ser considerada bastante superficial, uma vez que assume que os interesses das feministas latino-americanas estão atrelados somente à questão de pobreza e sobrevivência e que questões sobre igualdade, direitos reprodutivos e violência de gênero estão em segundo ou em terceiro plano. Entretanto, ao se tratar de uma região onde a pobreza efetivamente delimita e caracteriza as relações entre os países e entre seus grupos internos, tais direitos talvez sejam, de fato, essenciais e a fonte de preocupação das feministas sul-americanas. Entretanto deve-se questionar se essa noção de feminismo na América Latina, como sendo um elemento de defesa dos direitos básicos das mulheres pobres, é algo contextual ou se é um fenômeno que, por estar localizado numa região com fortes tradições sexistas, estará fadado a somente tratar de tais questões, sem nunca debater temas polêmicos como aborto, homossexualidade, liberdade sexual, direitos institucionais, entre outros.

1.3 Relação Binária, Autonomia e Teoria de Gênero

Em vista disso, da conceitualização do poder pela óptica feminista e sobre a relação do pensamento do gênero com a América Latina, é essencial, outrossim, uma análise que a teoria de gênero ainda propõe aos padrões clássicos e aos conceitos do campo, uma vez que trabalha com a abordada previamente falácia da dicotomia nas relações internacionais, que enaltece a impossibilidade de separação fixa entre o público e privado, afirmando que ela é criada e perpetuada pelo pensamento masculino da área. De tal maneira, a questão do gênero sugere que essas barreiras tradicionais são altamente mundanas conotando ainda que

“Suggesting that the personal is political, feminist scholars have brought to our attention distinctions between public and private in the domestic polity: examining these artificial boundary distinctions in the domestic polity could shed new light on international boundaries, such as those between anarchy

and order, which are so fundamental to the conceptual framework of realist discourse.” (TICKNER, 1992, p. 15).

Essa nova conjuntura, principalmente sobre anarquia e ordem, põe em cheque premissas tradicionais, as quais não conseguiam mais sanar as problemáticas do contexto internacional pós Guerra Fria, principalmente frente às atuais Missões de Paz, uma vez que sua criação se deve principalmente a percepção que não há um cenário pacífico externo se não existir previamente paz no interior dos Estados.

Outra grande contribuição feminista frente aos conceitos clássicos é em relação à autonomia. Essa nova abordagem, na área de teoria de gênero, é oriunda principalmente das autoras que associam feminismo ao meio ambiente, afirmando que a opressão à natureza vem primeiramente com a opressão às mulheres. Assim, elas “defendem a importância da substituição do ideal da autonomia - ideal masculinizado que organiza todas as formas de exploração em um contínuo - pelo da interdependência.” (MONTE, 2013, p.76), sendo essa interdependência exemplificada claramente nas Missões de Paz. Ainda sobre as ecofeministas, percebe-se que a discussão sobre o papel da mulher e da natureza em muitas ocasiões se conectam, uma vez que nos dois casos a história delimitava tanto a mulher com a repressão física, política, econômica, quanto à natureza com o entendimento de ser um bem que serve aos interesses do homem, levantando o questionamento que “*what else has been unseen in the past—occluded, perhaps, by dynamics of power, privilege, patriarchy or fear*” (PEPPARD, 2013, p.98). Ademais, a interdependência, compreendida como a alta vulnerabilidade e conexão que as sociedades possuem em questões econômicas, comerciais, de segurança, também está relacionada com a interdependência ambiental que envolve tanto temas ecológicos, como de gênero e de pobreza, uma vez que os resultados da degradação e exploração da natureza, da mulher e do pobre são sentidos em todo o globo, não havendo, portanto, autonomia em tais questões. Não obstante, “*environmental justice have made visible how many forms of power and privilege generate—yet ignore—systems of environmental degradation and exploitation*” (PEPPARD, 2013, p.113).

1.5 Segurança, Militarização e Teoria de Gênero

No contexto de segurança internacional e militarização, suas agendas possuem, também, uma conotação diferente na questão de gênero. Tais temas são cultural e historicamente atrelados ao masculino, uma vez que segurança, poder, ameaça e guerra são questões que na dicotomia interno e externo, estão associados ao externo, o não doméstico, e , conseqüentemente, à exclusão da perspectiva de gênero. Nota-se, então, que uma visão masculinizada de assuntos tão centrais à teoria de Relações Internacionais, abstrai metade da academia, fazendo com que a gama de possibilidades de resolução de controvérsias se reduza drasticamente. Ou seja,

“[...] gender hierarchies have contributed to the perpetuation of global insecurities, all those concerned with international affairs-- men and women alike-- should also be concerned with understanding and overcoming their effects” (TICKNER, 1992, p.4).

Ressalva-se que, os preconceitos sobre questões de gênero, como o que é de interesse masculino e o que é de interesse feminino, como a injustiça que as questões mais “importantes” na agenda internacional estão atreladas ao masculino e às de mais “domésticas” ao feminino, são identificados com facilidade preocupante nas Relações Internacionais, como afirma Tickner em *Gender in International Relations* (1992, p. 9):

“Nowhere in the public realm are these stereotypical gender images more apparent than in the realm of international politics, where the characteristics associated with hegemonic masculinity are projected onto the behavior of states whose success as international actors is measured in terms of their power capabilities and capacity for self-help and autonomy”.

Enloe (2004) afirma, ademais, quanto ao militarismo, que o modo tradicional de se tratar temas de segurança se deve a uma militarização masculinizada arraigada em todas as sociedades e que deve ser reconsiderada, devendo tal remodelamento ser atribuído principalmente ao papel do Brasil nas manutenções de paz. Enloe ainda cita as principais crenças militares tradicionais do campo, como: a que as forças armadas são a forma última de resolução de tensões, que a natureza humana é inclinada ao conflito, que ter inimigos é uma condição natural, que as relações hierárquicas são as mais efetivas (pois existe um forte controle), que um Estado sem um serviço militar é ingênuo e parcamente legitimado, que em tempos de crises, aqueles que possuem características femininas precisam de proteção armada e qualquer homem que se recusar a portar armas está desfigurando sua característica masculina (ENLOE, 2004). De tal forma, percebem-se as problemáticas que tais premissas acarretam, uma vez que, além de discriminar a mulher, a masculinização nas Relações

Internacionais não é benéfica também para o homem, já que ele também está ligado a preceitos naturalizados ao que deve ser masculino e seus deveres como geradores de segurança, a exemplo, o alistamento militar obrigatório em certos países e a obrigação de defender seu país mesmo sem, às vezes, ter as mínimas condições para isso. De tal maneira a definição de Masculinidade Hegemônica afirma essa naturalização da maneira masculinizada como pensamos as relações internacionais é universal, sendo descrita como:

“[...] is a socially constructed cultural ideal that, while it does not correspond to the actual personality of the majority of men, sustains patriarchal authority and legitimizes a patriarchal political and social order” (CONNEL, MESSERSCHMIDT, 2005, p.832)

Ademais, assumir que ter inimigos é algo natural é altamente falsário, uma vez que tais percepções do que é natural, é, na realidade,

“[...] that facts were assumed to convey inherent values, but also that pre-existing evaluations and cultural biases were read back on to embodied features, and then defended as “natural” in ways that served primarily to reify a status quo. The history of the construction of gender and race, and concomitant evaluations of “superior” human natures, are now commonly recognized examples” (PEPPARD, 2013, p.112).

E, finalmente, a percepção tradicional daqueles que possuem características femininas (aqui se incluem mulheres, crianças, idosos, homossexuais) precisam de proteção armada é a base do machismo das Relações Internacionais, que atribui fragilidade à mulher, impedindo-a de tomar grandes decisões ou ter forte influência política em questões de segurança. Interessante fazer uma ressalva sobre a relação entre a dita fragilidade da mulher com a situação dos Estados Falidos, os quais são definidos como *“unable to meet [their] population’s expectations or manage changes in expectations and capacity through the political process”* (OECD, 2007). Essa incapacidade de atender as necessidades básicas da população e de assessorar as mudanças políticas necessárias, juntamente com o entendimento que os Estados Falidos também falham ao tentar manter a segurança e soberania da nação, é bastante similar com a condição da mulher e das perspectivas de gênero em tratar de temas centrais, pois se alega a falta de credibilidade, de autonomia, de legitimidade e até de interesse por parte da parcela feminina.

Não obstante, ainda sobre segurança, é necessária uma definição do que é segurança nacional, a qual é apresentada como *“não apenas como uma proteção física a inimigos externos, mas uma noção multi em que estão engajados o meio ambiente, o desenvolvimento, como temas de segurança, e nas quais uma visão feminista tem espaço”* (TICKNER, 2005).

Tal visão permite uma noção de que, para que exista de fato uma segurança internacional, é primordial a segurança em todas as vertentes, como interna, ambiental, econômica, social, física, etc. Não obstante, têm-se no campo um novo remodelamento sobre questões de segurança, à exemplo:

“The achievement of security has always been central to the normative concerns of international relations scholars. But dissatisfied with the traditional models of national security, which focus exclusively on military security, certain scholars of international relations have begun to use the term common security to envisage a type of security that is global and multidimensional with political, economic, and ecological facets that are as important as its military dimensions”. (TICKNER, 1992, p.17).

De tal forma, prova-se a relevância de um novo pensamento sobre segurança, mais precisamente na Missão de Paz no Haiti, onde a cooperação é o objetivo máximo. Assim, Tickner não poderia contribuir mais para o tema quando afirma que *“Thinking of security in multidimensional terms allows us to get away from prioritizing military issues”* (TICKNER, 1992, p.17).

Todavia, faz-se necessário, assumindo a defesa das feministas de múltiplas dimensões e multiplicidade de atores nas Relações Internacionais e também a diversidade de minorias que a teoria de gênero abrange, que essa noção múltipla pode ser um dos pontos de crítica da teoria. Assim, percebe-se que, na maioria dos casos, quando se debate a questão de gênero as interlocutoras são mulheres, brancas, ocidentais e de classe média, excluindo, portanto, a mulher negra, a mulher asiática, latino-americana, pobre, africana, indígena, etc. Segundo Tickner em *Gender in International Relations: Feminist Perspectives on Achieving Global Security* (2005, p.17), *“[Feminists] need a home in which everyone has a room of her own, but one in which the walls are thin enough to permit a conversation”*. Consequentemente, no contexto atual têm-se procurado adicionar essas outras facetas da minoria na teoria, porém, para isso, muitas feministas estão utilizando o pós-modernismo como uma alternativa, aderindo, principalmente, o ideal de que não existe ciência ou teoria universal, ou seja, que toda teoria depende do seu contexto, da sua região e da sua história. Assim, o resumo do relacionamento entre o pós-modernismo e o feminismo se percebe em:

“Although feminist theorists have noted that postmodernist theories may contribute to the development of less totalizing theories, they have also recognized that postmodernism develops only an “anemic” politics and therefore that postmodernist approaches need to be supplemented with feminist politics. My own view, however, is that postmodernist theories suffer from a number of epistemological difficulties that cannot be fully remedied by the addition of a dose of feminist politics” (HARSTOCK, 2010,p.16).

1.5 Uma *checklist* para uma missão menos masculinizada

Para uma completa compreensão, não somente da importância de uma operação mais feminina, mas também para estabelecer um aparato que guie e enalteça como uma missão menos masculinizada deva ser, é essencial a elaboração de um comando, uma *checklist* com diretrizes e concepções de como por tal operação em prática. Para tanto, é utilizado os principais princípios de teoria feminista das Relações Internacionais, juntamente com uma interpretação do que seria necessário, nas atuais missões, para que elas se tornassem mais igualitárias perante o litígio de gênero, elaborando, por fim, uma *checklist* com oito características fundamentais.

Assim, uma missão de paz realmente menos masculinizada deve conter os oito pontos do *checklist*, ou seja, 1) adotar o entendimento coletivo, multidimensional e não violento de poder; 2) erradicar a separação binária imaginária dos principais conceitos das teorias tradicionais do campo, como o que é interno e externo; 3) compreender a interdependência do conceito de segurança; 4) não priorizar questões militares; 5) expandir o número e o papel das *gender advisers*; 6) alocar mulheres nas altas posições de tomada de decisões; 7) elaborar jurisdições que criminalizem violência de gênero e 8) aproximar o relacionamento das *All Female Units* com as unidades masculinas. Vale ressaltar, entretanto, que a posição dos pontos no *checklist* não detém valor de prioridade de nenhum ponto sobre o outro, uma vez que hierarquia é um dos conceitos mais criticados pelas teorias de gênero, além de que a importância do ponto depende do contexto de cada missão.

Não obstante, os oito pontos são divididos em elementos mais teóricos e conceituais e em elementos mais práticos e específicos para tal missão. O primeiro grupo possui quatro características mais dialéticas, teóricas e, até certo ponto, utópicas para a realização de uma missão de fato com ideais menos masculinizados. A começar, o ponto um faz necessário o entendimento dos líderes e dos comandantes das missões, principalmente, mas não exclusivamente, das missões de cooperação técnica e de característica mais multidimensional, com construção de aparatos institucionais do Estado - o *statebuilding* -, de que poder é algo dinâmico, dependente das relações entre os agentes envolvidos, ou seja, uma noção de *power to*, *collective power*, e da característica de não violência do poder, já abordados no capítulo um. O uso de tal compreensão de poder seria ideal para o alcance dos objetivos da missão,

uma vez que, além de ser eficiente para a elaboração da paz, respeitaria os Direitos Humanos e daria voz aos atores considerados secundários em concepções de poder tradicionais.

O segundo ponto da lista, seria o fim da relação binária dos principais temas de Relações Internacionais adotados pelas teorias clássicas e que afetam na execução das operações, como externo/interno, público/privado, objetivo/subjetivo, racional/emocional. A extinção de tais barreiras imaginárias colaboraria com uma missão menos masculina uma vez que essas separações não só estão ligadas a uma visão machista de que o emocional e o subjetivo estão ligados à feminilidade, mas também incoerentes com a realidade das operações atuais, onde a situação econômica e institucional política são tão danificadas e insignificantes que não chega a existir, por exemplo, público e privado,

O terceiro princípio essencial para uma missão de paz menos masculinizada seria a adoção da interdependência não somente por causa do atual contexto globalizado do cenário internacional, onde os problemas “internos” de um país afetam sua região e até o globo inteiro, mas principalmente a interdependência no âmbito de segurança nacional e internacional. Pode-se compreender esse terceiro tópico como um desdobramento do segundo, entretanto, por se tratar de uma pesquisa visada ao estudo de missões de paz e por se entender a complexibilidade e urgência que a temática de segurança detém nesses cenários, a segurança interdependente faz ser necessária ter seu próprio ponto. Segurança teria que ser compreendida pelos elaboradores das missões, portanto, como algo volúvel e dependente não só da segurança física, territorial do país, mas também da segurança ambiental, social, econômica e alimentícia do Estado, ou seja, a adoção do já debatido *common security* (TICKNER, 1992).

A priorização de assuntos não inteiramente militares, ou não militares masculinizados, seria o último ponto do primeiro grupo de diretrizes que uma missão com ideais de gênero deveria possuir. A não hierarquização das problemáticas encontradas nas missões, como a posição mais elevada das questões militares, é essencial para elaboração de operações mais completas e que entendam que mais que tratar os sintomas (o conflito em si), é necessário tratar as origens das contendas do país em que a missão é situada.

Já a segunda categoria dos pontos que uma operação com inclusão do feminino em uma realidade politicamente masculinizada deveria ter, engloba as ações e atitudes que os seus comandantes deveriam possuir, que levaria a uma elaboração mais justa e receptiva sobre as questões de gênero. Assim, o quinto ponto do *checklist* em si, seria a alocação das

conselheiras de gênero, *gender advisers*, já presentes em metade das operações, e que seriam responsáveis pela inclusão das mulheres no processo de pacificação e dando voz a seus problemas, e por

“supporting local women to participate in peace processes; protecting women and girls from sexual violence; advocating and promoting the inclusion of women in electoral systems; providing support to Disarmament, Demobilization and Reintegration programs and engaging women's voices in legal and judicial procedures.” (ONU, 2015).

Um dos pontos mais importantes do *checklist*, o sexto ponto, defende a necessidade de abertura e posicionamento de mulheres e principalmente de indivíduos com concepções de gênero nas funções de líderes, de comandantes e de pessoas envolvidas no processo de tomada de decisões das missões. Tal atitude seria vital para uma superação da condição de vítima e de ser inativo, que tanto as mulheres nativas do país anfitrião da missão quanto às mulheres presentes nos contingentes dos países colaboradores das operações possuem, no sentido de não serem donas das próprias ações, colocando-as no caminho de seu empoderamento.

Não obstante, com o reconhecimento de que o processo de empoderamento da parcela feminina da sociedade é algo lento e gradativo, o ponto sétimo argumenta a importância na elaboração de jurisdições, leis nacionais e até de ministérios sobre o litígio de gênero no país anfitrião da missão, que abarquem a violência de gênero, uma vez que as mulheres são, de fato, uma das mais afetadas em um ambiente de violência e guerra civil.

Por fim, o oitavo e último ponto da *checklist* em debate, seria, desde a imposição das Nações Unidas de unidades de combate inteiramente femininas, *All Female Units*, (no sentido que as mulheres são as únicas integrantes), a necessidade de um envolvimento dessas unidades com as unidades masculinas. Uma missão menos masculinizada entenderia, portanto, visto a necessidade imediata de uma inclusão quantitativa de mulheres nas operações, que as unidades femininas deveriam ser treinadas para o ambiente masculinizado que combateriam, além de reforçar a característica temporária das unidades, uma vez que a segregação, nem que seja para a inclusão feminina, não é o objetivo de uma missão mais justa e menos masculina, sendo por isso a necessidade de tal envolvimento, para que a médio/longo prazo, a integração das unidades femininas e masculinas se torne natural e que tal separação entre os grupos seja erradicada.

Com todas as conjunturas abordadas, percebe-se, enfim, que a teoria de gênero, ao abordar temas antes masculinizados nas Relações Internacionais, não o faz de maneira totalmente inovadora, uma vez que com as mudanças vivenciadas no mundo pós Guerra Fria sente-se a necessidade por uma conotação mais multidimensional e dinâmica de questões como segurança global, militarização, anarquia e soberania. Essa nova conotação das prerrogativas tradicionais e masculinas do campo, como soberania, autonomia, poder, anarquia, além de um remodelamento do pensamento das relações internacionais latino-americanas pela óptica do gênero, é fundamental para a elaboração de diretrizes e até de uma checklist que guie as ações das missões para uma conotação menos masculinizada. É indispensável e imprescindível, também, para que a nova maneira de operação das Missões de Paz, principalmente no tangente do conceito de poder, se torne bem sucedida. De tal maneira, nota-se, ainda, a necessidade de se realizar um estudo sobre o histórico das Operações de Paz e em que medida as Nações Unidas avançaram na determinação de princípios da teoria de gênero nas *peacekeeping operations*.

2 AS NAÇÕES UNIDAS E SUAS CONCEPÇÕES SOBRE A PARTICIPAÇÃO FEMININA E O LITÍGIO DE GÊNERO

Desde sua criação em 1945, a Organização das Nações Unidas, assumindo como seu principal objetivo “preservar as gerações vindouras do flagelo da guerra” (ONU, 1945, p.3), tem contribuído para a segurança e cooperação internacional com inúmeras atividades, dentre as quais se destacam as Missões de Paz. Tais missões, existindo há mais de cinquenta anos, se modificaram bastante em decorrência dos diversos contextos internacionais às quais estiveram expostas, a exemplo, principalmente, a dissolução do bloco soviético, que ocasionou o degelo das Missões de Paz devido ao fim do entrave gerado pela Guerra Fria no Conselho de Segurança, e, conseqüentemente, com a adesão de novos temas à agenda internacional, dentre os quais se destaca o litígio do gênero.

Assim, percebe-se a tentativa das Nações Unidas, desde a década de 1990, de inserir a questão de gênero nas Operações de Manutenção da Paz, afirmando na Resolução 1889 (2009) do Conselho de Segurança “*women’s equal and full participation as active agents in the prevention and resolution of conflicts, peace-building and peacekeeping*”. (ONU, 2009, p.3). De tal maneira, é importante um estudo histórico das missões de paz, analisando em que medida houve uma inclusão do feminino em uma realidade politicamente masculinizada das operações, dando espaço para uma reflexão analítica se houve de fato um avanço sobre um novo pensamento que considere a perspectiva feminista em assuntos militares, policiais e civis, e como seria uma operação de manutenção da paz ideal que respeite a perspectiva de gênero.

Esse estudo [é importante, também, para as orientações e formação das Forças Armadas brasileiras nas Missões da ONU devido ao interesse que o Governo Brasileiro possui em utilizar tais missões para sua ascensão internacional, o que é afirmado no documento da Estratégia Nacional de Defesa, decretado pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2008:

“País em desenvolvimento, o Brasil ascenderá ao primeiro plano no mundo sem exercer hegemonia ou dominação. O povo brasileiro não deseja exercer mando sobre outros povos. Quer que o Brasil se engrandeça sem imperar” (BRASIL, 2008).

É interessante observar como o discurso do ex-presidente possui similaridades com o defendido pelos teóricos de gênero, ao renegar o aspecto de dominação e hegemonia do poder, utilizando da sua capacidade de influencia, de suas redes de comunicação e do poder coletivo para conseguir seus objetivos sem, para isso, ter que imperar.

2.1 Histórico e Conceitualização das Missões de Paz da ONU:

Destarte, um balanço dos conceitos que circulam a esfera das operações e uma análise histórica do processo de desenvolvimento das Missões de Paz, desde a sua primeira operação em 1948 até as mais recentes, são essenciais para se compreender como e se foram atribuídas alguma noção de gênero na elaboração das suas políticas.

Assim, assume-se a dificuldade de se conceituar os termos referidos às Missões de Paz, uma vez que se percebe a falta de clareza sobre os mesmos na Carta de São Francisco e que “as Nações Unidas têm uma natural dificuldade em concordar sobre um nome a ser dado a qualquer fenômeno” (BOYD, 1971 *apud* UZIEL, 2010, p.20), já que, segundo o autor, os países em desenvolvimento sentem que uma vez delimitada o significado, as potências poderiam usá-lo em benefício de seus próprios interesses, a chamada “ingerência externa injustificada” (FAGANELLO, 2013, p. 42). Entretanto, a título acadêmico, uma conceitualização deve ser feita, para que a pesquisa se torne mais precisa.

De acordo com Uziel (2013, p.19–26), devem-se diferenciar as Operações de Paz (*peace operations*) das Operações de Manutenção da Paz (*peacekeeping operations*), uma vez que as Operações de Manutenção da Paz são um instrumento das Operações de Paz, ou seja, as *peace operations* englobam as *peacekeeping operations*. Salienta-se, também, que as Operações de Paz não se restringem as atividades realizadas pela ONU, isto é, o papel dessas operações de gerenciar, limitar ou prevenir a ameaça à paz pode advir de diversas organizações.

De tal forma, de acordo com o *Department for Peacekeeping Operations* (DPKO, 2008, p.17-19), além das *peacekeeping operations*, os instrumentos das Nações Unidas são: prevenção de conflitos, *peacemaking*, *peacebuilding* e *peace enforcement*. É importante observar que, apesar dessa categorização, atualmente a imposição desses instrumentos não se dá de forma sequencial e individual. Na realidade, para que a Missão seja concluída com

sucesso, é necessário o trabalho conjunto entre as operações, já que uma precisa do bom funcionamento da outra para ser posta em prática.

Por conseguinte, a prevenção de conflitos é exemplificada nas ações diplomáticas para, como o próprio nome do instrumento diz, prevenir a formação dos conflitos ou extingui-los no início da sua formação. Não obstante, o *peacemaking* também é um conjunto de ações diplomáticas, porém tomadas durante o desenvolvimento da ameaça à paz, para tentar fazer com que as partes cheguem a um acordo. Vale ressaltar que “*Peacemaking efforts may also be undertaken by unofficial and non-governmental groups, or by a prominent personality working independently.*” (UNITED NATIONS, 2008, p. 17), dando ênfase, assim, a outros atores internacionais que não Estados e Organizações Internacionais.

Têm-se, ainda, o *peacekeeping*, que necessita do trabalho anterior da *peacemaking*, e que “engloba militares, policiais e civis e, no terreno visam a controlar ou resolver conflitos, respeitando os princípios da imparcialidade, consentimento das partes e [mínimo] uso da força” (UZIEL, 2010, p. 22). Em seguida há o trabalho dos *peacebuilders*, que se encarregam de tomar as devidas providências para assegurar que as instituições criadas e as medidas para pôr fim no conflito não sejam perdidas. Finalmente, há o instrumento que não necessita do consentimento do país anfitrião, o *peace enforcement*, uma vez que o Conselho de Segurança das Nações Unidas, com o auxílio das premissas do capítulo VII da Carta de São Francisco, utiliza da imposição da força quando existe uma ameaça significativa à paz mundial.

Assim, as atuais operações de paz, por consequência do contexto em que se encontram no cenário internacional, detêm características diferentes das missões de paz tradicionais, uma vez que seus objetivos tornaram-se mais complexos. Os interesses das operações não mais se limitam apenas a restauração da paz, mas sim a sua prevenção, continuidade e manutenção, com a construção de instituições inerentes do Estado e a instrumentalização do *rule of law*.

Segundo o artigo “*Cinco gerações de operações de paz: de "tênue linha azul" a "pintar um país de azul"*” (KENKEL, Kai Michael, 2013), ao longo da sua história, as Operações passaram por cinco etapas, as quais são divididas em três elementos: o nível de imposição da força pelas tropas militares, a seriedade das tarefas encarregadas aos civis, e, ultimamente, pela distribuição de capacidades para organismos regionais no sentido de auxiliar o desenvolvimento das missões. Ressalva-se ainda, de acordo com o autor que “*The move to a "post-Westphalian" order is primarily paired with a reordering of the relationship between two constituent elements of the principle of sovereignty: the rights of states, principally to*

non-intervention in their internal affairs on the one hand, and, on the other hand, individuals' human rights".

De tal maneira, a primeira etapa, inserida ainda no contexto da Guerra Fria, respeitava as diretrizes do capítulo VI da Carta de São Francisco, prevalecendo assim o respeito para com o princípio da Soberania dos Estados sobre possíveis violações dos Direitos Humanos. Essa prática das Missões de Paz prevalecia os princípios da trindade sagrada (BELLAMY; WILLIAMS, 2010), a qual se resumia em possuir o consenso do país sofredor da ameaça, imparcialidade (tratamento igual perante as partes do conflito) e o não uso de força das tropas das Nações Unidas.

Nesse ponto vale ressaltar que essa prerrogativa da ONU estaria ligada com a forte influência do campo de Relações Internacionais, que na época tinha como norteador a teoria Realista, que detinha entre suas máximas a autonomia e soberania do Estado e sendo ele um ator racional e inteiro em si mesmo (MORGENTHAU, 2004), não haveria a possibilidade de ruptura desses princípios. Entretanto, salienta-se que, a atitude adotada pelas Nações Unidas quanto ao princípio do não uso da força poderia estar tanto ligado ao realismo, uma vez que o não uso da força estaria respeitando os princípios da autonomia e da soberania dos Estados, quanto, também, a teoria feminista do campo, a qual entende que força e violência não se conceituam como poder de fato, uma vez que não compreende poder como algo instável e que é aferido de acordo com as relações entre os agentes e com sua capacidade de influência e persuasão por meios pacíficos.

Posteriormente, a segunda geração, baseada no período logo após a Guerra Fria, possuía uma faceta Multidimensional, visto que se aderiu uma distribuição de tarefas entre os militares e civis, pois, a partir de então, a ONU detinha o papel de reconstrução da estrutura interna do determinado país. Tal mudança acarretou numa maior complexidade das missões, já que adicionou a variável de ações humanitárias ao cenário, sem, contudo, abrir espaço para um maior uso da força pelas tropas. Ressalva-se que foi nesse espectro de uso de atitudes mais bruscas e violentas, que ocorreram os maiores fracassos das Missões de Paz, o caso da Somália, da Bósnia e o genocídio de Ruanda.

A terceira geração, como consequência dos desastres da etapa anterior, deu maior espaço as preocupações da sociedade internacional sobre as violações de Direitos Humanos, e principalmente as aclamações feitas pelo R2P (*Responsability to Protect*) sobre a temática. Tentando, assim, evitar o chamado "horror da inação" provida pelas tropas nos casos

passados, a ONU começou a conceder maior uso de força das tropas nas missões, seguindo então, o capítulo VII da Carta. Nesse ponto do processo de desenvolvimento percebe-se uma retração dos preceitos feministas nas operações, já que a DPKO (*Department of peacekeeping operations*) cede às pressões internacionais de que as missões, principalmente às que tratavam de *peacemaking*, deveriam utilizar todo seu aparato militar e sua força bruta para o alcance dos objetivos.

Conseqüentemente, a quarta geração “*consists of robust peacebuilding operations that combine elevated permission to use force with enhanced civilian tasks that are more intrusive in terms of their effect on local autonomy than in the second generation*” (BELLAMY et al, 2010, p. 231). É relevante salientar que com esse aumento do poder de influência (*soft power*) houve um aumento dos interesses dos atores internacionais em participarem de fato nas Missões de Paz, pois, ao reconstruir um Estado, estariam abrindo caminhos para novas oportunidades e futuros acordos de cooperação.

Finalmente, a quinta e última categoria seria a atual, e caracteriza-se pela distribuição de capacidades orquestrada pela ONU, utilizando-se de organismos regionais e locais para auxiliar diferentes cadeias de comando e operações, refletindo a recente divisão do trabalho no quadrante das Nações Unidas.

Utilizando-se de uma análise conceitual, vale salientar que, mesmo com a distribuição de capacidades acima relatado poder estar relacionado a noção de estimação de poder apresentado em *Theory of International Politics* (WALTZ, 1979) – o qual defende que tal averiguação seria através da comparação de capacidades entre as unidades do sistema – é notável que a melhor descrição conceitual de poder, para o caso em estudo, estaria atrelada com (TICKNER, 2005, p. 17): “*Power cannot be infused with meaning that is universally valid.. Power as domination and control privileges masculinity and ignores the possibility of collective power, another aspect of power often associated with femininity*”. Desse modo, quando as Nações Unidas adere uma política de distribuição dos encargos das Missões de Paz com outros organismos, está, de fato, praticando a noção de poder como uma associação de poder, ou seja, um poder coletivo.

Todavia, a categorização das Missões de Paz ao longo da sua história é debatida por diversos autores, sendo necessário, portanto, uma outra abordagem para que o trabalho possua mais legitimidade. Nota-se que a única variável comum entre os autores é o entendimento que as operações atuais detêm uma complexidade muito mais extensa que as antigas, obrigando as

Nações Unidas a repensarem seus conceitos e seus limites, logo nos permitindo falar em uma diminuição do uso dos valores masculinizados das operações de paz ao longo do tempo.

Assim, segundo Priscila Liane Fett Faganello (2013, p. 57) as Missões são entendidas como tradicionais ou multidimensionais, tendo como marco histórico divisor de águas o fim da Guerra Fria. De acordo com a autora, as missões tradicionais se caracterizam por serem conflitos interestatais, envolvendo oponentes claros, com viés altamente militar, o que significava que as principais atividades das tropas eram aumentar a confiança entre as partes em conflito, tratar do cessar-fogo e criar e manter *buffer zones*. Apesar de apresentarem baixo custo e certa facilidade política para se perdurar, as operações tradicionais foram bastante criticadas por “tratar mais dos sintomas do que da causa dos conflitos” (FAGANELLO, 2013, p.63). Vale ressaltar ainda o papel que o Conflito de Suez teve no desenvolvimento das operações de paz, uma vez que foi a primeira missão armada das Nações Unidas, caracterizada como uma “mudança fundamental no papel e nos mecanismos da Organização destinados a lidar com ameaças à paz e à segurança internacional” (FAGANELLO, 2013, p.59). Entretanto, foi nesse escopo de graves falhas no sistema operacional das missões, que em 1988 os *peacekeepers* receberam o Prêmio Nobel da Paz, sendo parabenizado, de acordo com a comissão do prêmio, admitindo que

“the Peacekeeping Forces through their efforts have made important contributions towards the realization of one of the fundamental tenets of the United Nations. Thus, the world organization has come to play a more central part in world affairs and has been invested with increasing trust” (PRÊMIO NOBEL DA PAZ, 1988).

De tal forma, a comissão do prêmio antecipou certamente a necessidade do aumento da quantidade de missões de paz ao redor do globo, a qual foi percebida pela aprovação de vinte missões entre 1989 a 1994, ou seja, na média, quatro operações lançadas por ano (ONU, 2015). Tal crescimento teve continuidade com um total de trinta e cinco missões de paz na década de 1990, notando-se que as operações precisavam se tornar mais complexas e que mudanças teriam que ser tomadas para que se tornassem bem sucedidas, caracterizando, assim, até os dias atuais, nas Manutenções de Paz Multidimensionais. Os conflitos abordados por tais manutenções, na maioria dos casos, são intraestatais, com alto custo operacional, cujo foco está em “países pobres, onde a capacidade do Estado é fraca e os beligerantes são motivados por ganhos econômicos e por disputa de poder” (FAGANELLO, 2013 p. 65). Portanto, por procurar solucionar as raízes dos problemas, não só os sintomas, as operações multidimensionais começaram a empregar um corpo pessoal muito mais diversificado na sua

composição, utilizando, além dos militares, policiais, administradores, engenheiros, observadores dos Direitos Humanos, etc. Salienta-se que, para que essas *peacekeepings* fossem realizadas, a ONU começou a adotar critérios mais flexíveis na aprovação das Missões e alguns aspectos do capítulo VII da Carta de São Francisco nas suas execuções.

Destarte, nota-se uma aproximação da teoria de gênero das Relações Internacionais com as Missões de Paz multidimensionais, não apenas por seu caráter mais amplo quanto aos seus participantes, mas também por envolver aspectos não só militares, mas econômicos, sociais e políticos na instauração da paz em determinado país e, principalmente, no processo de solidificação interna e da construção das diretrizes necessárias para se criar um Estado soberano.

2.2 Mulheres e as Missões de Manutenção de Paz

Não obstante, com a inserção na agenda internacional o litígio de gênero em 1990, as Nações Unidas, após uma década desde o início dos debates sobre gênero, declarou a partir do Conselho de Segurança uma série de resoluções que trazem para a esfera das Missões de Paz, até certa medida, os preceitos do feminismo, mas principalmente o papel da mulher nas operações. Assim, a primeira delas considerada uma marco histórico tanto para operações quanto para as feministas, é a resolução 1325 lançada em 2000 afirmando

“the important role of women in the prevention and resolution of conflicts and in peace-building, and stressing the importance of their equal participation and full involvement in all efforts for the maintenance and promotion of peace and security, and the need to increase their role in decision-making with regard to conflict prevention and resolution; (ONU, 2000, p. 1)

Assim, a Organização entendeu que para que houvesse nas Missões de Paz uma menor masculinização da temática era necessário principalmente um aumento quantitativo da participação feminina nas operações. Pois, mesmo expressando *“its willingness to incorporate a gender perspective into peacekeeping operations, and urges the Secretary-General to ensure that, where appropriate, field operations include a gender componente”* (ONU, 2000, .p.2), a aplicação real desses princípios não foi notada. Ressalva-se ainda a concepção da ONU sobre a condição de vítima das mulheres nessas situações, expressando:

“concern that civilians, particularly women and children, account for the vast majority of those adversely affected by armed conflict, including as refugees and internally displaced persons, and increasingly are targeted by combatants and armed elements, and recognizing the consequent impact this has on durable peace and reconciliation,” (ONU, 2000, p.1)

Em 2008 a resolução 1820 foi efetivada, confirmando todas as predicções da anterior, mas detendo maior foco na questão da violência contra a mulher em situações de conflito e na declaração de que a violência sexual decorrente da presença dos militares é um crime de guerra, “demands the immediate and complete cessation by all parties to armed conflict of all acts of sexual violence against civilians with immediate effect” (ONU, 2008, p.2).

No ano de 2009, devido à percepção das Nações Unidas que suas prerrogativas sobre os princípios de gênero não estavam sendo aplicadas, duas resoluções foram sancionadas, a 1888 e 1889 que detinham como objetivo maior

“welcoming the efforts of the Department of Peacekeeping Operations to develop gender guidelines for military personnel in peacekeeping operations to facilitate the implementation of resolutions 1325 (2000) and 1820 (2008), and operational guidance to assist civilian, military and police components of peacekeeping missions to effectively implement resolution 1820 (2008), (ONU, 2009, p.3).

Essas resoluções são interessantes ao deixar um pouco de lado a percepção da mulher como somente vítima nas Operações de Paz, ou seja, de um ser incapaz de tomar decisões, somente de sofrer as consequências das decisões tomadas por outros, passando a colocar as noções da teoria de gênero em áreas tradicionalmente masculinas como o setor militar e policial, e, assim, começar o processo de empoderamento das mulheres nas missões. Ademais, o documento 1888 é relevante ao instaurar *gender advisers* que trabalham com o aconselhamento de garotas e mulheres envolvidas no conflito, servindo como “mulheres modelos” e ensinando às nativas como elas podem contribuir para a paz e para a criação do aparato estatal no seu país.

Entretanto, a resolução do ano de 2010, a 1960, no quesito de empoderamento e das questões de gênero na base das Missões de Paz, é considerada um retrocesso por voltar a focalizar na situação de vítima da mulher e na violência sexual como arma de guerra, adicionando somente uma maior ênfase aos relatórios, exigindo-os que apresentem números de violência de gênero e da implementação das orientações dos documentos anteriores.

Por fim, têm-se as resoluções 2106 e 2122 de 2013 que inovam ao reparar a falta de mulheres ou mesmo de princípios feministas nos cargos de liderança das Operações de Manutenção de Paz, ou seja, que além do papel de vítimas, a atuação das mulheres, na realidade, se resume a seguir ordens de conselhos e departamentos cujos líderes são baseados em noções machistas. Assim, o documento

“Requests the Secretary-General and his Special Envoys and Special Representatives to United Nations missions, as part of their regular briefings, to update the Council on progress in inviting women to participate, including through consultations with civil society, including women’s organizations, in discussions pertinent to the prevention and resolution of conflict, the maintenance of peace and security and post-conflict peacebuilding;” (ONU, 2013, p.3).

Possível resultado dessa resolução está na efetivação da primeira comandante mulher da Força das operações de paz das Nações Unidas em 2014. A general Krinstin Lund, da Noruega, vai chefiar as forças da Missão em Chipre (UNFICYP) e afirma que ao longo da carreira percebeu a necessidade de mesclar características ditas femininas com as masculinas, defendendo, também, algumas premissas da teoria de gênero ao afirmar que

“The way to handle it (as Missões de Paz) was actually through communication, through building trust at the check points. And I think that was the first time I realized why it is so important for the UN to always use minimal force and as a last resort.” (UN News Center, 2014).

Assim, em resumo tem-se a tabela abaixo que exemplifica como cada resolução incrementou o processo da elaboração de operações com princípios menos masculinizados, especialmente sobre a liderança das mulheres

Tabela 1 Resoluções sobre a liderança das mulheres

Descrição	<p>1325 (2000) Primeira resolução do CSNU a vincular a experiência das mulheres durante conflitos com a manutenção da paz e segurança internacional. Reivindica a inclusão de uma perspectiva de gênero nas missões de paz e a participação das mulheres em todos os processos de consolidação da paz.</p>	<p>1889 (2009) Aborda a exclusão das mulheres nos processos de reconstrução e consolidação da paz e a falta de planejamento, estratégias e financiamento adequados para tratar de suas necessidades.</p>	<p>2122 (2013) Aborda as lacunas para a implementação da Res. 1325 e solicita o empoderamento das mulheres, sua participação ativa em atividades de manutenção e consolidação da paz e o respeito aos direitos humanos. Reafirma, ainda, que a paz duradoura requer uma abordagem integrada.</p>
Responsabilidades dos Estados	<ol style="list-style-type: none"> 1. Capacitar seus nacionais sobre gênero e conflitos; 2. Abordar temas de gênero nos programas de desarmamento, desmobilização e reintegração. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Promover a participação das mulheres em todas as etapas da consolidação da paz; 2. Monitorar os recursos destinados à segurança física e econômica das mulheres, sua saúde, educação, acesso à justiça e participação na vida política. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Designar fundos para apoiar a implementação da Res. 1325; 2. Aumentar a participação de militares e policiais femininas em missões de paz; 3. Implementar treinamento sobre prevenção da violência sexual e baseada em gênero; 4. Cumprir com obrigações internacionais com vistas ao fim da impunidade.

Fonte: <http://igarape.org.br/wp-content/uploads/2014/09/Artigo-9-Promover-G%C3%AAnero-e-Paz-web3.pdf>

Conseqüentemente, a aplicação de tais resoluções nas Missões de Paz trouxe algumas relativas melhorias quanto ao processo de inclusão do feminino em uma realidade politicamente masculinizada das operações, estando muito aquém do que se é esperado e necessário. Tal “política de gênero” teve como principal consequência o claro aumento da participação das mulheres e seu envolvimento em todas as atuais dezesseis missões, que apesar de ser importante, não é o resultado final esperado das feministas. Assim, em 2014, as mulheres representavam 3% e 10% do poderio militar e policial, respectivamente, de um total de 125.000 *peacekeepers*. Apesar da pequena porcentagem, é um avanço considerável se considerando que em 32 anos de Missões, de 1957 até 1989, somente 20 mulheres uniformizadas trabalharam nas operações’ (ONU, 2015).

Ademais, tem-se o implemento das *All Women Units* em 2007 que detém o time de *gender advisers*, auxiliando as mulheres locais para uma transição mais tranquila de uma situação de conflito para uma de paz, para a elaboração de um Estado forte que detenha

preceitos igualitários entre os gêneros e que trabalha, ainda no decorrer da Missão, na defesa das mulheres, crianças e dos litígios advindos da desigualdade de gênero.

Não obstante, é interessante ressaltar o ranque dos cinco países que mais enviam mulheres uniformizadas nas atuais missões, sendo as militares lideradas pela Etiópia com 394 voluntárias, seguida pela Nigéria com 236, África do Sul com 221, Gana com 167, e o último o Uruguai com 122 mulheres. Já no aspecto policial, tem-se em primeiro lugar Ruanda com 183 envolvidas, acompanhada por Índia com 114, Nigéria com 99, Gana com 85 e, em quinto lugar, Bangladesh com 76. (ONU, site 2015). É interessante a quantidade de países africanos que lideram as nações que mais enviam soldados ou policiais mulheres para as Missões, fato que pode ser compreendido como o avanço na erradicação da desigualdade de gênero sofrida no continente, porém com uma análise mais profunda, nota-se que essa significativa participação feminina nas Missões não se deve a uma absorção dos preceitos de gênero, mas sim à crise populacional africana devido ao crescente desperdício de vidas majoritariamente masculinas nos conflitos e guerra civis que assolam a região.

Assim, apesar dos grandes esforços das Nações Unidas de implementar noções de gênero nas Operações de Paz e de alguns resultados positivos, suas ações ainda são parcas e passíveis de críticas importantes se comparada seus avanços com os preceitos da teoria feminista das Relações Internacionais e seus ideias do que seria uma Missão de Paz com pressuposto realmente feministas.

2.3 Gênero e as Missões de Manutenção de Paz

Comparando as premissas que a teoria de gênero na academia de Relações Internacionais produziu com os discursos e declarações que as Nações Unidas têm emitido sobre a questão de gênero nas Missões, percebe-se que as resoluções da ONU estão aquém da sua capacidade de ser totalmente desconectada com os valores masculinos, já que ainda não lograram na aplicação na forma prática os conceitos de autonomia, poder etc do campo, sendo seu foco no aumento quantitativo das mulheres, obtendo, assim, relativo sucesso quando se nota o aumento quantitativo das mulheres nas Missões, no aumento de relatórios que observam as condições do avanço das diretrizes da Organização e na sua tentativa de inserir perspectivas feministas na elaboração de políticas. Ressalva-se, entretanto, que as Nações

Unidas não é a única responsável pela relativa falha, uma vez que *“While the UN encourages and advocates for the deployment of women to uniformed functions, the responsibility for deployment of women in the police and military lies with Member States.”* (ONU, 2015)

De toda sorte, a política de aumento da participação feminina nas missões além de ser natureza *ad hoc* e bastante isolada, não garante que a implementação de mulheres automaticamente ocorrerá uma igualdade e desmembramento do conceito de gênero. Além que, mesmo com a resolução 1325, a colocação de mulheres em posições de liderança é praticamente nula. Ademais,

“To increase the meaningful participation of women in PKOs, women need to be integrated into senior, decision-making and leadership posts; all-female contingents should be trained and deployed in, and integrated into mixed-gender environments; and deploy women who are ready to substantively change the PKO environment” (SMIC, 2013, p.2)

Ainda sobre o crescimento quantitativo das mulheres, tem-se, da ONU e de várias entidades envolvidas nas Missões, o entendimento de que a mera presença feminina é capaz de transformar um contexto altamente masculinizado e sexista das Operações e aniquilar a hierarquia presente entre os sexos, principalmente no setor militar, policial e político. Em outras palavras,

“This is because in the context of PKOs gender continues to be seen as a woman’s issue and the idea of gender balance has become a synonym for gender mainstreaming. As a consequence, efforts to recruit more women peacekeepers have become part of a strategy to “mainstream” a gender perspective in PKOs.” (JENNINGS, 2011, p. 2).

Entende-se, aqui, equilíbrio de gênero *“the degree to which men and women hold the full range of positions in a society or organisation* (UN DPKO, 2000, p. 69) e *gender mainstream* como *“the process of assessing the implications for women and men in any planned action, including legislation, policies or programmes, in all areas and at all levels”* (ECOSOC, 1997, p.6). Ou seja, o equilíbrio de gênero se caracteriza por ser mais descritivo, quantitativo, que substancial, qualitativo.

Ademais, outro receio que a teoria feminista tem sobre as políticas adotadas pela DPKO é a naturalização automática de preceitos altamente enraizados e sexistas de assunções do que é feminino ou masculino que o Departamento faz, tornando-se contencioso. Assim, *“The first (preceito) is that women are innately more peaceful than men and that their mere presence and greater representation can change existing gender inequality and potentially decrease*

the number of sexual offences committed by their male colleagues. The second is that achieving gender balance in PKOs will promote a wider gender-mainstreaming agenda.” (SMIC, 2013, p.4). Tais preceitos, em vez de espalhar os princípios feministas nas Missões, só acarretam no reforço dos estereótipos de gênero, sugerindo que mulheres são naturalmente propensas a paz e a cooperação e que os homens à violência e guerra, perpetuando os rótulos que enraízam as noções de feminilidade e masculinidade encontradas nas teorias tradicionais de Relações Internacionais.

Tais preconceitos sobre o que são características femininas e as masculinas são notados, inclusive, na percepção sobre os motivos que as levam a participar das operações de paz, já que a percepção geral é que as mulheres imergem nas missões com um instinto altruísta de ajudar outras mulheres e crianças, e não por causa dos benefícios financeiros e oportunidade profissional que são atrelados às razões masculinas. Entretanto, a realidade é que

“According to the UN-INSTRAW survey of 2010, some of the main incentives for women joining PKOs were similar to those that drove their male colleagues – the desire to further one’s career (reported as the top reason), economic benefits, an altruistic goal of bringing peace to a war-torn society, an interest in sharing experiences and meeting colleagues from other countries, and simply the wish to work and live in an international environment (BERTOLAZZI, 2010: 13).”

Finalmente, outra crítica endereçada às práticas da ONU nas Missões de Paz é em relação à All Women Units, uma vez que a criação de unidades com a participação exclusiva de um gênero é uma das razões para toda a análise do papel das mulheres e da teoria de gênero em ambientes e temas altamente masculinizados como a academia de Relações Internacionais, segurança, guerra, militarização, etc. Assim, compreendendo a necessidade de tais unidades, deve-se entender que *“The AF (All-female) units should not be seen as a permanent solution, but rather as “temporary affirmative action” on behalf of TCCs (troop-contributing countries) that, once deployed, should be integrated into a mixed-gendered peacekeeping environment.”* (SMIC, 2013, p.4).

De tal forma, ao se pensar em noções fundamentais que deem o aparato essencial para um aumento dos ideais da teoria de gênero nas operações de paz e como as atuais missões falham ou não com seus preceitos, tem-se, então, a escritora Olivera Smic (2013), autora do artigo *“Moving beyond the numbers: integrating women into peacekeeping operations”*, que apresenta oito princípios para tal operação. Tais fundamentos seriam a melhoria da informação de dados para o acesso tanto de mulheres quanto de homens a como chegarem a

posições de tomada de decisões nas missões, aumentar o comprometimento de todos os órgãos (nacional, local e internacional) para o aumento de mulheres em posições sênior, dar oportunidades a mulheres de participarem de decisões sobre políticas que envolvem gênero, reforçar jurisdições que considerem e punam a violência baseada em gênero, reforçar a accountability de todos os níveis das missões, trabalhar para uma aproximação das *All Women Units* com unidades masculinas, aumentar a participação de mulheres e homens sensíveis a questão de gênero e dispostos a mudar a situação das mulheres e, finalmente,

“examine the ways in which women peacekeepers contribute to the operational effectiveness of PKOs and investigate how these contributions may or may not differ from those of male peacekeepers”(SMIC, 2013, p.3).

Assim, conclui-se que houve avanços alcançados pelas Nações Unidas, principalmente quando se trata da participação das mulheres, a qual aumentou consideravelmente desde os anos 2000, no reconhecimento que é necessário uma inclusão não só feminina, mas feminista nas Operações para que elas se tornem, de fato, bem sucedidas, na elaboração de acordos que tentam implantar concepções de gênero na elaboração de políticas e na tentativa de fiscalizar o progresso dessas diretrizes. Tais avanços são importantes no processo de transformar as Missões de Manutenção da Paz em um aparato menos masculinizado. Entretanto, as Missões de Paz precisam ainda repensar alguns preceitos para que uma Missão ideal e com valores da teoria de gênero ocorra de fato. Para isso, não somente as intenções das resoluções da ONU têm que se tornarem mais objetivas e aplicáveis, mas também a Organização precisa desfazer de conceitos naturalizados sobre o que é ser feminino e masculino, tem que engajar toda a complexidade dos gêneros e compreender que uma igualdade quantitativa não representa uma igualdade social, cultural, e política entre os sexos. Percebe-se, portanto, que, apesar de não estarem no modelo ideal, as missões estão no caminho certo para uma concepção mais completa das Operações de Manutenção da Paz, incluindo a perspectiva de gênero nas suas atividades.

Com esse entendimento de que a evolução das missões se dará com uma inclusão do feminino em uma realidade politicamente masculinizada dos seus elementos e conceitos, é interessante, ainda, analisar em que medida a MINUSTAH (*United Nations Stabilization Mission in Haiti*), principalmente como o papel da liderança brasileira está no caminho para uma operação mais igualitária e feminista, elaborando, para por em cheque tal “evolução”, uma checklist de como seria uma missão que incluísse o feminino em uma realidade politicamente masculinizada.

3 LEVANTAMENTO HISTÓRICO DO BRASIL NAS OPERAÇÕES DE PAZ E NA SUA PARTICIPAÇÃO NA MINUSTAH, E UMA ANÁLISE DE GÊNERO NA MISSÃO A PARTIR DA *CHECKLIST*

Com o levantamento teórico proposto no capítulo um sobre a teoria de gênero e suas vertentes, da elaboração do *checklist*, além da situação das políticas de gênero abordadas pelas Nações Unidas nas Missões de Paz analisada no segundo capítulo, é necessário, a título de entender em que medida a participação brasileira na MINUSTAH caminha em direção de uma missão menos masculinizada, elaborar um estudo histórico da relação do Brasil com as Manutenções de Paz, uma análise sobre o atual envolvimento brasileiro no território haitiano, além de, utilizando como parâmetro a checklist elaborada anteriormente, apurar através dos conceitos teóricos e práticos específicos se a MINUSTAH e o envolvimento brasileiro se encaixariam em tal operação.

3.1 Brasil e Missões de Paz

Para compreender de forma completa e precisa como ocorre o envolvimento brasileiro na MINUSTAH, para uma futura análise se houve uma adoção de medidas menos masculinizadas perante o Governo Brasileiro, faz-se necessário um estudo da história do engajamento do Brasil nas missões, assim como as razões para tal participação.

O Brasil, desde a formulação de sua política externa, tem o histórico de entendê-la como instrumento fundamental para o desenvolvimento interno, uma vez que as relações com agentes internacionais ampliaria o leque de opções e de fatores para uma solidificação doméstica frente à estabilidade economia, política e social. De tal forma, o Governo Brasileiro, compartilhando tal percepção, almejou fazer das relações internacionais um cenário de cooperação, onde existem ganhos múltiplos para todas as nações envolvidas, e de uma real sociedade internacional, a qual segundo Bull (1977) define-se como um ambiente constituído pela interação entre unidades soberanas, os Estados, que se reconhecem como tal. Para que tal sociedade aconteça, o governo brasileiro, juntamente com o Ministério das Relações Exteriores, com a colaboração do Ministério da Defesa, baseou sua política externa

com enfoque no não uso de violência em demandas globais, defendendo o uso de soluções e de instrumentos pacíficos para cessar contingências.

Portanto, com o outorgamento da constituição de 1988 “o Brasil estipulou como princípio constitucional o que já havia adotado como prática de sua atuação externa: a efetiva contribuição para a solução pacífica dos conflitos internacionais” (SEINTEFUS, 2008, p.2). Determinadas colaborações são notadas na participação brasileira, desde a criação da Organização das Nações Unidas em 1945, em uma quantidade considerável de Missões de Paz, demonstrando assim, que a relação entre o Brasil e as operações mais história e, talvez, dependência do que se é esperado.

Não obstante, para que uma análise satisfatória possa ser produzida sobre a participação brasileira nas Missões de Paz, é essencial, primeiramente, fazer um levantamento e compreender as razões e razões que levam a qualquer Estado se interessar a entrar em um ambiente de conflito de outro Estado; Nota-se, então, que os acadêmicos percebem duas correntes de pensamento, a princípio opostas, que estariam relacionadas na hora que os países decidem se envolver ou não de alguma *peacekeeping operation*, sendo a primeira linha de pensamento considerada idealista, uma vez que detém a afirmação que “*states will participate in UN peace-keeping out of an obligation to protect international peace and preserve international norms and values*” (NEACK, 1995, p. 183 apud CAVALCANTE, 2010). No entanto, têm-se a perspectiva advinda do realismo da academia de Relações Intercacionais da participação dos países, e que é explanada “*is that states do whatever they can, given their power resources, to protect and preserve their national interests*” (NEACK, 1995, p. 184 apud CAVALCANTE, 2010). Salienta-se que o motivo idealista não possui grande repercussão na academia, uma vez que segundo o autor Cavalcante (2010) tal pensamento dá a entender que os Estados não seria soberanos de fato, já que se sentiriam obrigados e participam das Missões mesmo quando o seu envolvimento poderia ferir seus objetivos nacionais.

Todavia, no que se diz respeito à participação brasileira na MINUSTAH, é afirmado que

“[...] não houve nem ação moral (da opinião pública) nem material (dos interesses) que impelisse o Estado-sujeito a intervir. Neste caso, ele o fez contrariando os fundamentos da teoria realista das relações internacionais. O chanceler brasileiro, embaixador Celso Amorim, fornece uma valiosa e original contribuição à teoria da diplomacia solidária ao declarar que o Brasil está “profundamente comprometido no Haiti, política e emocionalmente, e isso no longo prazo”. Ao fazê-lo indica que os parâmetros sobre os quais o Brasil tomou a decisão de intervir devem ser compreendidos à luz de critérios

outros que os decorrentes da fria razão (ou interesse) de Estado”. (STEINFUS, 2008, p.13,14)

Esse “altruísmo brasileiro” perante a participação das missões se encaixa com a política aplicada ao Ministério das Relações Exteriores da época. Tal política é conhecida como diplomacia solidária, associada, principalmente, pelas relações entre o Brasil e a América Latina e da cooperação Sul-Sul, e definida como

“sendo a concepção e a aplicação de uma ação coletiva internacional, sob os auspícios do Conselho de Segurança, feita por terceiros Estados intervenientes num conflito interno ou internacional, desprovidos de motivações decorrentes de seu interesse nacional e movidos unicamente por um dever de consciência ou por interesses difusos.” (STEINFUS, 2008, p.12).

De tal forma, com o esclarecimento dos possíveis motivos do interesse brasileiro em participar das missões de paz, é importante entender a história de tal parceria, a qual começou desde as missões iniciais da ONU. Assim, o Brasil esteve envolvido na primeira operação com envio de força armada, a UNEF I, *First United Nations Emergence Force*, com o envio do batalhão Suez, um batalhão de Infantaria com 600 homens enviados ao Egito durante uma década (1957-1967), para a retenção do conflito entre egípcios e israelenses (ABFIP ONU, 2015). Tal missão é considerada a participação brasileira mais importante durante os primeiros anos das PKOs, conhecida como a primeira parte da história brasileira nas operações, período essencial para o processo de incremento do Brasil no *know how* das Operações (Marinha). Ademais, a segunda parte da história da participação brasileira começou a partir de 1989 e perdura até os dias atuais, quando

“diversificou e tornou multidisciplinar as suas participações, contribuindo em várias Operações de Manutenção de Paz das Nações Unidas, merecendo destaque nossa participação nas Missões de Paz no Timor Leste, em Moçambique, em Angola e, com especial importância a que se desenrola presentemente no Haiti e no Líbano” (Marinha, 2015).

Ressalva-se, ademais, que há uma confluência entre a história da participação brasileira com a história das próprias Missões de Paz da ONU, pois foram os momentos mais intensos para ambas, tanto nas operações clássicas quanto nas multidimensionais (FONTOURA, 2005).

Observa-se que a UNAVEM III em Angola e a ONUMOZ em Moçambique ocorreram nos anos 90, ilustrando, portanto, que o engajamento brasileiro foi mais expressivo nas missões onde havia grande preocupação diante a possível violação dos direitos humanos e onde a meta estava mais na manutenção da paz do que na obtenção da paz em si.

Ainda sobre o aumento do engajamento brasileiro das *peacekeeping operations* a partir da década de 1990, percebe-se que tal incremento só foi possível a partir do remodelamento

do papel das Forças Armadas do Brasil após a redemocratização em 1988. Assim, durante todo o período da Guerra Fria, o poder militar brasileiro estava se voltava a preocupações internas, de controle doméstico, de fronteiras e do perigo do comunismo, deixando as questões de segurança internacional sempre à margem da agenda de defesa. Entretanto, com a queda do muro de Berlim e, conseqüentemente, com extinção de uma das maiores atribuições dos militares, as Forças Armadas sofreram um grande impacto perante o seu papel na máquina estatal. Tal renovação foi agravada também, pela mudança comportamental da OTAN, que passou de “contenção direta e imediata de um ataque em grande escala para uma tarefa mais complexa, que é proteger a estabilidade em um mundo novo e incerto” (SHULTE, 1993, p. 17 apud SANTOS, 2004), sendo essa transformação agente transformador para o caso brasileiro, uma vez que se tratava de uma organização de segurança externa formada pelo centro, e como tal, criava um novo regime de segurança, onde os países à margem como o Brasil, tinha que se adequar, alterando o papel dos militares no contexto internacional. Posteriormente, essas mudanças tanto internas como externas, foram responsáveis pela “redefinição de sua missão (das forças armadas) no contexto de um governo democrático e de uma nova ordem internacional está no centro do que tem sido denominada “crise de identidade” dos militares.” (SANTOS, 2004).

Consciente que esse novo remodelamento dos militares era inevitável, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, foi criado instaurou o Programa de Defesa Nacional (PDN) de 1996, que detinha como objetivo estabelecer as novas diretrizes das Forças Armadas. A principal meta do PDN, então, estava na resolução pacífica de contingências, aderindo, assim, os princípios da política externa brasileira ao poder militar (SANTOS, 2004). Durante o governo do FHC, o emprego das Forças Armadas se detinha em quatro áreas “na garantia da integridade do território nacional e das autoridades constituídas, na participação em operações de paz das Nações Unidas, na realização de atividades complementares de políticas governamentais [...]” (SANTOS, 2004).

Ademais, sobre o contínuo aumento da participação brasileira nas operações de missões de paz, notam-se efeitos positivos dessa relação tanto para as Forças Armadas quanto para às aspirações da política externa. Assim, quanto ao benefício ganho pelos militares, tem-se que as missões solucionam a falta de objetividade dos militares desde a redemocratização, proporciona a atualização das novas tecnologias e estratégias sobre segurança, já que há uma aproximação com militares de países desenvolvidos nesse quesito, e “permitem o treinamento

das Forças Armadas e integração militar na América do Sul a um custo relativamente baixo.” (BRACEY, 2011). Quanto à política externa, as missões mostram o interesse do Brasil sobre questões de segurança internacional, papel fundamental para a vontade brasileira de adquirir um assento permanente do Conselho de Segurança da ONU, e, também, “[...] serve como uma oportunidade para os militares aprofundarem seus laços com o Ministério das Relações Exteriores a fim de revelar o papel mais ativo do Brasil na segurança internacional [...]” (HIRST, 2009, p. 10, apud BRACEY, 2011).

Percebe-se, portanto, que a história do envolvimento brasileiro nas Missões de Paz das Nações Unidas é uma relação de longa data e que, com a nova modelagem das *peacekeeping operations*, dando uma maior diversidade na composição das tropas, na complexidade dos objetivos almejados e características menos masculinizadas nos seus conceitos, só tende a aumentar. Tal declaração se defende por entender que as Missões, além de proporcionar uma estabilidade internacional, são importantes, também, para o alcance dos interesses brasileiros no contexto externo, ou seja,

“In order to expand the country's projection onto the world stage and reaffirm its commitment to the defence of peace and to cooperation among peoples, Brazil should intensify its participation in humanitarian actions and in peace missions under the aegis of multilateral organs.” (BRAZIL, 1996 apud CAVALCANTE, 2010).

Assim, ainda sobre a relevância do Brasil nas conhecidas Missões Multidimensionais, cujo objetivo está não somente na obtenção da paz, mas na sua manutenção e na construção de instancias estatais que a promulguem e que estabeleçam um estado de *rule of law*, é importante ressaltar uma análise da participação brasileira sob a percepção de uma operação menos masculinizada, para tanto, faz-se vital um estudo sobre o Brasil na MINUSTAH.

3.2 Brasil e MINUSTAH

A relação da história do Brasil com a MINUSTAH é interessante de ser analisada perante várias variáveis, a princípio como em que medida os objetivos da missão foram conquistados, até que ponto os interesses políticos brasileiros no Haiti também foram alcançados, além de uma análise se o envolvimento brasileiro auxilia para que a MINUSTAH se torne menos masculinizada, utilizando as diretrizes da teoria de gênero das relações internacionais.

3.2.1 Eficiência na realização dos objetivos da própria MINUSTAH como também do alcance dos interesses do Governo Brasileiro

A *Mission des Nations Unies pour la Stabilisation en Haïti*, conhecida pelo acrônimo MINUSTAH, entrou em vigor em 1 de Junho de 2004, com a resolução 1204 do Conselho de Segurança de 30 de Abril do mesmo ano. A missão adotou a *Multinational Interim Force* (MIF) e, agregando aos valores das operações das Nações Unidas no solo haitiano da década de 1990, aderiu, entre seus principais objetivos,

“to support the Transitional Government in ensuring a secure and stable environment; to assist in monitoring, restructuring and reforming the Haitian National Police; to help with comprehensive and sustainable Disarmament, Demobilization and Reintegration (DDR) programmes; to assist with the restoration and maintenance of the rule of law, public safety and public order in Haiti; to protect United Nations personnel, facilities, installations and equipment and to protect civilians under imminent threat of physical violence; to support the constitutional and political processes; to assist in organizing, monitoring, and carrying out free and fair municipal, parliamentary and presidential elections; to support the Transitional Government as well as Haitian human rights institutions and groups in their efforts to promote and protect human rights; and to monitor and report on the human rights situation in the country.” (ONU, 2015)

Com tais objetivos em vista, nota-se que a missão deteve certo sucesso até o início do ano de 2010. Com a influência do corpo internacional lá encontrado, principalmente com o auxílio das Forças Armadas brasileiras, houve uma redução, de acordo com o Ministério da Defesa, significativa da violência civil no Haiti, pois melhorou a situação dos conflitos entre gangues, construiu escolas, rodovias e hospitais, auxiliou a formação da Polícia Nacional Haitiana através da cooperação técnica, juntamente com o consequentemente relativo crescimento econômico, além da atuação no processo de fortalecimento do ambiente político-institucional. Tal estabilidade política se deve principalmente, em fevereiro de 2006, na elaboração de uma eleição limpa, clara, livre de acusações de fraude e que resultou na eleição do ex-presidente, René Garcia Préval. A eleição foi um marco histórico não somente por ser uma das poucas consideradas de fato democráticas, mas por contar com cerca de 3.5 milhões de eleitores e com oitocentas seções eleitorais, se caracterizando não só como a maior da história do Haiti, como também a com o percentual de participação mais elevado, chegando a 80% de presença, fato que surpreendeu até os mais otimistas (LAZIER, 2006). Com tal cenário, era previsto no ano de 2009, o começo da retirada gradual de tropas em 2010. Entretanto, os planos mudaram

com o terremoto de magnitude 7.0 na Escala de Richter, que abalou as frágeis estruturas econômicas, políticas, e mesmo de infraestrutura que tinham sido lançadas e que ocasionou o óbito de cerca de 220.000 pessoas, entre haitianos e pessoal das Nações Unidas (ONU, 2015). Com tal desastre natural, a Assembleia Geral da ONU solicitou uma ajuda imediata e uma prolongação da missão perante o Conselho de Segurança, o que foi acatado, visto que a MINUSTAH está ativa até hoje. Em 2010, entretanto, foi realizada outra eleição democrática, com a escolha da população do músico Michael Joseph Martelly como seu representante.

Mesmo com a nova eleição realizada, nota-se que a partir desse ano, os triunfos alcançados pela missão no Haiti foram gravemente deteriorados, visto que o terremoto abalou a moral do povo e da missão, trouxe danos à infraestrutura parca que tinha sido construída desde 2004, acarretou num surto de cólera, levou uma nova condição de miséria ao país, deixando em volta de 44%¹ da população perto do nível da pobreza e a nação na posição 168º no ranking de países com o melhor IDH (Índice de Desenvolvimento Humano)² e com a mesma posição no ranking de igualdade de gênero³, o que trouxe como consequência uma nova onda de conflitos e escalada da guerra civil, acarretando, inclusive na volta do uso do estupro como uma arma estratégica⁴, situações essas que a recente e inexperiente Política Nacional Haitiana não conseguia controlar, regredindo relativamente, por fim, a situação haitiana à época onde não havia confiança do povo nas instituições públicas e no seu governo.

Quanto à participação Brasileira na MINUSTAH e a efetivação dos seus interesses políticos, é importante fazer alguns apontamentos. Primeiramente, é necessário perceber que a liderança do Brasil no comando militar da missão é o primeiro caso que um país subdesenvolvido e não central ocupando um papel de fato relevante e tomador de decisões em uma operação de paz. Ademais, é a primeira vez, desde a Guerra do Paraguai, que as forças armadas brasileiras detêm papel importante na elaboração de políticas que abarcam a temática de segurança internacional.

Com tal contexto, é interessante observar que o Governo Brasileiro detinha de interesses singulares quando se trata do seu envolvimento na MINUSTAH. Os objetivos se exemplificam na inserção internacional do Brasil em temáticas que antes eram somente

¹ PNUD, 2014. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/arquivos/RDH2014.pdf>;

² PNUD. 2014. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/Ranking-IDH-Global-2013.aspx>;

³ PNUD, 2014. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/arquivos/RDH2014.pdf>;

⁴ Aqui se coloca arma estratégica em vez de arma de guerra por não haver um cenário real de guerra no Haiti.

atribuídas aos países desenvolvidos e centrais, como segurança internacional, trazendo para a área uma noção diferenciada de missão de paz, como exemplo na utilização das missões como plataforma para a elaboração da política externa brasileira pacífica, na objetividade dada às Forças Armadas, e, principalmente no ano de 2004, no auxílio ao anseio brasileiro de um assento permanente no Conselho de Segurança.

No tangente do alcance dos seus objetivos traçados no início da MINUSTAH, nota-se que em certas áreas houve, de fato, uma efetivação dos anseios brasileiros, entretanto, em outras, há espaços para questionamento da eficiência d Brasil.

A primeira crítica feita ao envolvimento brasileiro no Haiti, foi a não realização do seu principal objetivo, a cadeira permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Ao se estudar essa expectativa da política externa brasileira, nota-se que ela foi baseada no entendimento que o Brasil ainda possui da necessidade de se remodelar a estrutura executiva das ONU, a exemplo do Conselho, uma vez que representa uma ordem internacional antiquada e não mais representativa dos anseios atuais, já que entre seus membros permanentes e com poder de veto não há nenhum Estado do mundo subdesenvolvido ou emergente, os quais, segundo o Brasil, entendem a complexidade dos problemas globais do século XXI.

Com o argumento apresentado pelos Estados permanentes de que para ser parte do grupo do veto, o país interessado poderia auxiliar de forma afirmativa em caso de uma terceira guerra mundial, o Governo Brasileiro, respeitando seus princípios da política externa e também da constituição, de não ingerência em assuntos internos de outros Estados e da utilização de instrumentos pacíficos para a resolução de problemáticas internacionais, viu nas missões de paz e principalmente, na missão habitada no Haiti, uma maneira de mostrar aos cinco países membros do Conselho (Estados Unidos, China, Rússia, Reino Unido e França), como o Brasil poderia colaborar para segurança internacional. Todavia, apesar dos efeitos positivos brasileiros na operação, a MINUSTAH, como sendo uma missão mais de operação técnica e de *statebuilding* que uma missão de *peace enforcement*, não suscitou as dúvidas dos países membros sobre a capacidade do Brasil em um contexto de guerra de grandes proporções, fazendo com que a cadeira permanente no Conselho de Segurança ainda continue um desejo utópico.

Ademais, justamente por defender uma nova ordem internacional e uma resolução pacífica de controvérsias externas, o Brasil tentou na MINUSTAH gerar um novo

entendimento de como deve ser as missões de paz. Para tanto, o Ministério das Relações Exteriores, primeiramente, deixou claro a falta de interesses econômicos brasileiros na participação no Haiti, demonstrando principalmente simpatia à causa e a noção de cumprimento dos Direitos Humanos, adotando justificações humanitárias para seu envolvimento. Foi adotado então o conceito de Diplomacia Solidária, já abordado nesse capítulo, que compreende o senso de solidariedade do Governo Brasileiro com países latinos e com as nações envolvidas na Cooperação Sul-Sul. No entanto percebe-se uma divergência entre o discurso e sua aplicação prática. Na MINUSTAH, por exemplo, a participação brasileira se limita ao envio de contingentes militares, sem atualmente, a contribuição de um único policial, o que põe em cheque a atuação diferenciada brasileira, uma vez que continua a utilizar de contingentes e instrumentos aplicados em todas as missões desde 1948 (ONU, 2015). Ou seja, numa missão multidimensional como a do Haiti, onde o estabelecimento de instituições internas, de uma polícia nacional e de aparelhos inerentes a qualquer Estado, onde a participação civil seria mais requisitada,

[...] no que diz respeito a respostas que os projetos do Brasil podem ter em relação ao problema haitiano, o impacto é ainda muito pouco significativo, principalmente com um volume modesto de investimento. Dessa forma, o braço forte e atuante do Brasil na reconstrução do Haiti não é o civil, e segurança mais uma vez foi a prioridade (CÔRREA, 2009, p.65, *apud* GONÇALVES, 2013).

Assim, o Brasil peca na originalidade da Missão, ao fazer da sua participação no Haiti com o mesmo modelo de operação tradicional, ao foca na utilização de militares e não de civis.

Contudo, o envolvimento das Forças Armadas brasileiras no Haiti, ajudou na conquista de alguns interesses nacionais. Apesar de não ter alcançado o assento no Conselho de Segurança da ONU, a liderança do comando militar brasileira na MINUSTAH de fato elevou a qualidade brasileira como um *player* internacional, principalmente por não estar mais somente atrelada às agendas de desenvolvimento, América Latina ou do meio ambiente, sendo inserido nos debates de segurança global. Como exemplo, tem-se não somente o aumento da participação do Brasil nas Missões de Paz, mas também na escolha do general brasileiro Carlos Alberto dos Santos Cruz como líder do comando da Missão de Paz na República Democrática do Congo em 2013 (*Mission de l'Organisation des Nations Unies pour la stabilisation en République démocratique du Congo*), representando o respeito e o reconhecimento da capacidade de liderança e militar brasileira perante as Nações Unidas.

Não obstante, tem-se, como já mencionado na segunda seção desse capítulo, que as operações de paz e principalmente a situada no Haiti são essências para dar objetividade às

Forças Armadas, mantê-las atualizadas e em contato com militares de todo o globo, permitindo um intercâmbio de conhecimento, sendo esse, um dos objetivos que claramente foi alcançado na MINUSTAH.

Portanto, ao se analisar a relação do Brasil com a Missão de Paz das Nações Unidas no Haiti na perspectiva dos objetivos alcançados tanto da ONU quanto do Governo Brasileiro na operação, nota-se que, apesar dos entraves e das imensas dificuldades, o saldo ainda é positivo dos capacetes azuis, uma vez que boa parte das metas foi alcançada, ou ao menos em parte, e que já existem conversas para um possível fim da missão em 2016. Destarte, é interessante fazer uma análise se houve uma orientação de gênero na aplicação das ações brasileiras no Haiti.

3.2.2 O engajamento da participação brasileira para uma MINUSTAH menos masculinizada

Com o intuito de compreender como e se houve um envolvimento do componente brasileiro na condução da MINUSTAH de uma maneira que abordasse os ideais das teorias de gênero das Relações Internacionais, portanto, menos masculina nas suas ações e diretrizes, é interessante um estudo sobre como ocorre o envolvimento na elaboração dos comandos do Brasil no Haiti, como o Ministério da Defesa e as Forças Armadas.

As Nações Unidas com a elaboração de várias resoluções sobre a questão da mulher e de gênero nas Missões de Paz a partir dos anos 2000, apresentadas e discutidas previamente no segundo capítulo, as utilizam como fonte de diretrizes que adotasse os ideais do feminismo nas operações visando a igualdade entre os sexos e a transversalização de gênero, sendo a última entendida como a “[...] atenção às demandas específicas de homens, mulheres e crianças e ao impacto que as ações - e a guerra - geram para cada um destes grupos.” (GIANNINI, 2014b, p. 5). Para tanto “[...] a implementação bem-sucedida de uma perspectiva de gênero por parte da ONU tem relação direta com a capacidade e vontade dos Estados de adequar suas forças armadas, treinamento e diretrizes à política da organização” (GIANNINI, 2014b, p.10).

Por conseguinte, para que a MINUSTAH se torne um exemplo de uma missão de paz que considere as perspectivas de gênero, é essencial que o Governo Brasileiro, líder do comando

militar da operação, as utilize também para a sua formulação de decisões. Quanto à participação brasileira sobre tal temática nota-se, que foi bastante tímida durante a fase inicial da missão, ou seja, até 2009, obtendo uma relevância da agenda do Brasil no Haiti após o terremoto de 2010, uma vez que, como já abordado, ocasionou na escalação da violência de gênero e também da volta do uso do estupro como opressão política contra as outras gangues. Diante desse cenário, o comando brasileiro percebeu a necessidade de se adotar as diretrizes da ONU sobre gênero com mais afinco, com a prática de várias ações que visam proteger e empoderar as mulheres haitianas.

Uma das ações tomadas, então, é o trabalho adotado pelo contingente brasileiro de, durante o treinamento da formação da Polícia Nacional Haitiana (PNH) ocorresse simultaneamente na conscientização das “[...] questões relacionadas à violência contra a mulher, inclusive casos de violência sexual e outros tipos de violência baseados no gênero” (GENNINI, 2014, p.74). Ressalva-se até o esforço do Brasil ao tentar administrar esses cursos na língua local, o crioulo, com vista de ter um escopo maior.

Com o esforço de abordar as duas facetas que conceituam o contexto da mulher em situação de conflito, a de vítima e a de agente provedora da paz, o envolvimento brasileiro procura, obedecendo ao mandato da ONU, empoderar as mulheres civis haitianas, capacitando-as profissionalmente e dando a elas a oportunidade de serem ativas politicamente, sendo candidatas e eleitoras. Diante desse contexto, é defendido “em ambos os aspectos (da mulher como eleitora e candidata), a MINUSTAH realizou importantes trabalhos, particularmente em um contexto em que o movimento feminista haitiano se viu afetado pelo terremoto e morte de diversas líderes. Até mesmo o componente militar envolveu-se com atividades de empoderamento, a exemplo dos projetos QIPs (*Quick Impact Projects*)⁵ focados em mulheres e na sua capacitação.” (GENNINI, 2014, p.74, 75). Exemplo disso é a atual composição do governo haitiano de uma porcentagem de 44% de mulheres como ministras e, na última eleição, no combate altamente competitivo entre Martelly Lamothe e Mirlande Manigat, o que quase acarretou na eleição da ex-primeira-dama (ALTER PRESSE, 2013).

⁵ Como o próprio nome indica, são projetos adotados na MINUSTAH com intuito de produzirem resultados imediatos na defesa e empoderamento da mulher.

Ademais, sobre como o Governo Brasileiro atua sobre a problemática da mulher e de gênero dentro do próprio contingente do Brasil no Haiti, é visível o aumento do interesse do país sobre tais assuntos, mesmo que na realidade ainda falta a aplicação prática de tal discurso. Quanto à questão da mulher nas tropas, nota-se que seu envolvimento é mínimo, permanecendo no seu patamar histórico de 1 %, mesmo com o aumento significativo ao longo dos últimos 14 anos (GIANNINI, 2014). Já sobre gênero,

“No âmbito institucional [...] as três forças armadas precisam implementar políticas pró-equidade de gênero, voltadas não somente a aumentar o número de mulheres incorporadas nas carreiras, mas também eliminar ou diminuir as barreiras para o ingresso em armas, especialidades e funções, particularmente referentes a comando e combate.” (GIANNINI, 2014, p. 12)

Percebe-se, no entanto, que tal implementação de questões de gênero está sendo articulada, a exemplo da Carta de Intenções assinada entre a ONU-Mulheres e o Ministério da Defesa em 2011, que tem como objetivo “a cooperação na implementação de uma perspectiva de gênero no preparo das tropas e na elaboração de um Plano de Ação Nacional nos moldes da Resolução 1325” (GIANNINI, 2014, p. 17), além da instauração da Comissão Pró-Equidade de Gênero da Defesa que busca “estudar e propor ações na efetivação dos direitos das mulheres e da igualdade de gênero dentro das Forças Armadas” (GIANNINI, 2014, p. 17),

A tentativa brasileira, portanto, de adotar os princípios de gênero nas suas premissas nas operações de paz, especialmente na MINUSTAH, como na ação de proteger e empoderar as mulheres haitianas e no discurso do reconhecimento da relevância que as teorias de gênero possuem sobre as missões, mesmo com a falta de uma posição e conceitualização clara sobre os princípios do feminismo, são interessantes, pois se mostram como passos iniciais para uma futura missão com valores menos masculinos.

3.3 Uma Checklist para o Entendimento de Gênero na Participação Brasileira na MINUSTAH

Cumprindo, finalmente, o objetivo dessa pesquisa, que é analisar em que medida a participação brasileira na MINUSTAH ocorreu de maneira mais feminina, utilizando, para tanto, dos elementos da checklistelaborado anteriormente, faz-se importante cruzar o levantamento do envolvimento do Brasil na missão, através do aparato feito anteriormente nesse capítulo e de um estudo dos principais documentos sobre defesa na última década

(2005-2015), assim como os discursos mais recentes do ministro da defesa e da presidenta da república, com tais elementos para chegar a uma conclusão se de fato houve uma diminuição da influência masculina na operação no Haiti.

Uma operação de paz realmente menos masculinizada deve conter os oito pontos, ou seja, 1) adotar o entendimento coletivo, multidimensional e não violento de poder; 2) erradicar a separação binária imaginária dos principais conceitos das teorias tradicionais do campo, como o que é interno e externo; 3) compreender a interdependência do conceito de segurança; 4) não priorizar questões militares; 5) expandir o número e o papel das *gender advisers*; 6) alocar mulheres nas altas posições de tomada de decisões; 7) elaborar jurisdições que criminalizem violência de gênero e 8) aproximar o relacionamento das *All Female Units* com as unidades masculinas.

Utilizando então, o primeiro ponto da lista, que defende a importância de um entendimento mais dinâmico do conceito de poder, nota-se aproximação limitada e bastante vaga com a postura adotada pelas Forças Armadas e pelo Governo Brasileiro. Apesar da parca literatura nos documentos analisados de uma conceituação clara de poder, no documento Estratégia Nacional de Defesa (2008, p.19) tem-se que “a motivação de ordem internacional será trabalhar com o país parceiro em prol de um maior pluralismo de poder e de visão no mundo”. O “maior pluralismo de poder” abordado, entretanto, não é claramente explicado, sendo atrelado somente a uma representação mais inclusiva dos países no âmbito global e de uma reestruturação das organizações internacionais, e está inserido no item 22 das diretrizes da estratégia, especificamente, na seção sobre a relação do Brasil com a América do Sul. Com tal contexto, necessita de uma boa dose de otimismo para acreditar que a noção mais pluralista de poder defendida respeita as diretrizes de gênero ou até mesmo que seria utilizada nas operações de paz das Nações Unidas.

Sobre o segundo elemento da *checklist*, o qual aborda a falta de fronteiras e limites entre os conceitos mais tradicionais de Relações Internacionais, como público e privado ou externo e interno, também existe uma falta de citações claras sobre esse paradigma adotado pelas teorias de gêneros nos discursos e documentos oficiais. Uma ligação ínfima é feita ao analisar o Livro Branco de Defesa Nacional (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2012, p. 33) ao afirmar que “o Brasil tem sustentado que as operações de manutenção da paz devem apoiar-se sobre quatro elementos: segurança, fortalecimento institucional, reconciliação nacional e desenvolvimento.” (PALÁCIO DO PLANALTO 2012), elementos esses que estariam sobre

essa limitação imaginária e que poriam em cheque essa dualidade clássica. Todavia, a utilização de somente esses quatro pontos estaria aquém do que as teorias de gênero defendem, pois não debatem de fato o que é interno e externo, ou público e privado, o eu e o outro, dentre outros.

A partir do terceiro ponto feito na *checklist* é que é notável uma aproximação real da participação brasileira no Haiti com as percepções de gênero. O ponto em si aborda a interdependência sentida no âmbito e no conceito de segurança nacional e internacional, as quais dependem da segurança de outras variáveis, como segurança ambiental e social. De fato, uma das maiores contribuições a cerca da posição do Governo Brasileiro frente a esse novo conceito, é feito pela presidenta Dilma Rousseff, no seu último discurso direcionado à MINUSTAH, em 2012, que afirma que o Brasil adota ao aplicar a segurança coletiva, a qual “tem que combinar-se com a justiça social, com o desenvolvimento e com o respeito à soberania nacional dos países”. Essa aproximação também é defendida ao entendimento que as diversas problemáticas internacionais, juntamente com suas soluções possuem “impacto sobre a segurança dos países, como a mudança do clima, o desenvolvimento sustentável e a inclusão social.” (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2012, p.33).

A não priorização de temáticas e ações militares, o quarto elemento da *checklist*, possui respaldo no envolvimento brasileiro nas MINUSTAH, uma vez que, de acordo com o Livro Branco de Defesa Nacional (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2012, p.33),

“o Brasil tende, também, a aumentar a participação de profissionais civis nas missões, a fim de atender às crescentes demandas por pessoal qualificado nas áreas de segurança pública, controle de fronteira, combate ao tráfico de drogas, sistemas eleitorais, sistemas correcionais e administração pública, entre outras.”

Há ainda o depoimento do General Paul Cruz que afirma

“força militar é incapaz de, sozinha, garantir paz e estabilidade duradouras, pois só podem ser garantidas por meio do fortalecimento das estruturas políticas, sociais e econômicas. É primordial que haja a integração e coordenação dos trabalhos entre todos os atores em uma situação de crise, focando sempre o tratamento das causas mais profundas do conflito”. (EM DISCUSSÃO, 2010)

Na prática, no entanto, segundo a Política Nacional de Defesa (2008, p.9), “Para ampliar a projeção do País no concerto mundial [...] o Brasil deverá aperfeiçoar o preparo das Forças Armadas para desempenhar responsabilidades crescentes em ações humanitárias [...]”, o que contradiz com a citação do Livro que afirma a intenção e a necessidade de um aumento do número de civis vista a importância de outras temáticas que não as militares. Ainda quanto a MINUSTAH, se expressado a não militarização da agenda da missão em quantidade de

militares, policiais e civis brasileiros, nota-se que as diretrizes do Livro Branco precisam ser postas de e prática de fato, uma vez que o Governo Brasileiro, de acordo com as Nações Unidas, contribui com um total de 967 soldados e 15 policiais sem nenhum dado sobre civis.⁶

Sobre o quinto ponto, o emprego de *gender advisers* nas missões para um auxílio para as mulheres e crianças no contexto de conflito que se encontram, as dando propósito e objetividade, nota-se que esse é um item, que de fato ocorre na participação brasileira na MINUSTAH, visto que a operação foi a primeira a receber, desde sua origem em 2004, um grupo de conselheiras de gênero, à exemplo da *gender adviser sênior* Nadine Puechguirbal, que apesar de ser brasileira, explicou a importância dessas unidades em “*to raise awareness of the different needs, concerns and contributions of women and men, girls and boys, in building a new Haiti; to help everyone be aware how the conflict affects women and men in different ways*”(ONU, 2015, p.9), criando precedência para que o envolvimento do Brasil abarcasse essa temática principalmente, como visto anteriormente, após 2010.

Quanto à participação das mulheres no processo de tomada de decisões das missões, ou seja, do desenvolvimento do empoderamento feminino, argumento do ponto seis, especialmente sobre o *empowerment* proporcionado às mulheres haitianas, é crível, como visto no ponto anterior desse capítulo, a importância do contingente brasileiro nesse processo. Nota-se também a recente preocupação das Forças Armadas brasileiras, principalmente na MINUSTAH, na integração feminina nas cadeias de alto comando no discurso do então ministro da defesa, Jaques Wagner, no Painel Independente de Alto Nível da Organização das Nações Unidas sobre Operações de Paz (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2015, p,3)

“O tema de mulheres, paz e segurança aplicado às operações especiais é também muito importante [...] devem também ser parte dos processos de paz, tornando-os inclusivos e sustentáveis. A esse respeito, houve progresso nos últimos anos, mas muitos desafios ainda têm que ser enfrentados para que mais mulheres participem de operações de paz em postos decisórios e para que menos mulheres e meninas sofram com a violência de gênero relacionada a conflitos.”

Vale ressaltar, entretanto, que apesar do discurso do político, falta à ação prática dessa diretriz, uma vez que não existe, na rede de comando das Forças Armadas brasileiras na MINUSTAH, uma mulher ou até mesmo um indivíduo com noções de gênero, sendo a única mulher com posição relevante nas políticas envolvidas na missão é a Sandra Honoré, oriunda

⁶ ONU, *UN Mission's Summary detailed by CountryMonth of Report : 30-Sep-15*

de Trinidad e Tobago, com o cargo de *Special Representative of the Secretary-General and Head of Mission*. Ademais, num infográfico disponibilizado pelo Ministério da Defesa em 2013, as mulheres membros da participação brasileira no Haiti ocupam os cargos de dentistas, enfermeiras, médicas, veterinárias, assistentes-jurídicas, psicólogas e tradutoras/interpretes, não exercendo, portanto, nenhuma alta posição, permanecendo na parte inferior da hierarquia masculina (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2013).

O sétimo ponto da *checklist*, a necessidade de elaborar leis e jurisdições que previnam e criminalizem violência de gênero, é um ponto de fato positivo da participação brasileira e da MINUSTAH em si, visto que, devido aos movimentos feministas da década de 1980 no Haiti, sempre ocorreu no país a cultura de existir ministérios e agendas envolvendo o litígio de gênero e da mulher. Assim, além do Ministério da Justiça, o qual na maioria dos países é responsável pela criminalização da violência de gênero, tem-se o Ministério sobre as Questões das Mulheres e dos Direitos das Mulheres, que engloba essa temática à sua pauta (SHWAN, 2013). Entretanto, devido a tardia criminalização do estupro e do seu uso como opressão política, o “crime é raramente levada a cabo, não só em função das inúmeras dificuldades enfrentadas pelas vítimas para ajuizar um processo na justiça, mas também – e principalmente – pelo costume da sociedade” (GINNANI, 2014, p.71).

Por fim, sobre a relação do envolvimento brasileiro na MINUSTAH com o estabelecimento de *All Female Units* (AF Units) e de um treinamento e relacionamento dessas unidades com as masculinas e mistas, último ponto da *checklist*, tem-se que o Brasil não detém muita relevância na elaboração das AF Units nem no seu treinamento. Fato interessante, entretanto, é que durante a elaboração dessa pesquisa, foi estreado, no mês de setembro de 2015, a primeira *All Female Units* do mundo, formada por 160 mulheres de Bangladesch que entendem “*as Bangladeshi women, we are able to change the perception of our country. We are hoping that the girls from our country will go even further in the future.*” (THE NEW YORK TIMES, 2015), e que foram enviadas para sua primeira participação no Haiti. Devido ao ainda palpitante acontecimento, falta evidências para uma análise profunda e completa sobre a experiência das unidades completamente femininas, mesmo que já existam relatos de militares criticando a alta inexperiência e a falta de normas de como adotar um relacionamento com elas.

É elaborada confecção da tabela abaixo para simplificação do que foi debatido e apurado acima a fim de tornar mais nítidas as observações realizadas:

Tabela 2 Missão de Paz Menos Masculinizada e a Participação Brasileira na MINUSTAH

	Satisfaz	Satisfaz Parcialmente	Não satisfaz
F A T O R E S D A C H E C K L I S T	<p>Segurança Interdependente</p> <p>Há tanto a definição de segurança como interdependente, como a verificação na prática desse conceito.</p>	<p>Mulheres na Liderança</p> <p>Quanto às mulheres haitianas, há certo empoderamento, entretanto, quanto às mulheres no contingente, o Brasil precisa colocar o discurso em prática.</p>	<p>Poder Múltiplo/ Colletive Power/ Power to</p> <p>Falta uma definição clara nos documentos oficiais.</p>
	<p>Não priorização militar</p> <p>Há a compreensão da necessidade de se multiplicar as prioridades da missão, mesmo que ainda esteja só no discurso.</p>	<p>Criminalização da Violência de Gênero</p> <p>Apesar de existir Ministérios pautados na questão da mulher, Não é bem sucedido na punição dos crimes de gênero.</p>	<p>Fim da relação binária</p> <p>Inexistência de uma referência específica sobre diretrizes nesse sentido.</p>
	<p>Gender Advisers</p> <p>Existem essas equipes no Haiti desde 2004, mesmo que não seja algo fruto do Brasil, é algo que o Governo incentiva e vem fazendo a sua forma.</p>	<p>All Female Units</p> <p>Por se tratar de algo muito recente, não se sabe se está sendo administrada de forma satisfatória, nem se há uma intenção do contingente brasileiro de integrar com as unidades tradicionais.</p>	

Fonte: tabela desenvolvida pela própria autora

Nota-se, devido a toda essa comparação e levantamento, que apesar de existir avanços significativos no processo de uma Missão de Paz com ideais de gênero na participação brasileira na MINUSTAH, ainda necessita de muito debate e elaboração de diretrizes para por em prática as premissas menos masculinizadas que a *checklist* composta propõe.

CONCLUSÃO

O presente trabalho versou a respeito de como uma abordagem de gênero poderia influenciar as diretrizes de uma missão de paz, especialmente, se uma perspectiva que levasse em consideração os princípios do feminismo seria diferente da versão masculinizada tradicional das operações, a caminho da execução da Paz de Minerva elaborada, e debateu também em que medida houve uma atuação com inclusão do feminino em uma realidade politicamente masculinizada do envolvimento brasileiro na elaboração da MINUSTAH.

Após extensos levantamentos teóricos sobre a dimensão diferenciada que as premissas de gênero trazem para os princípios clássicos do campo de Relações Internacionais, a exemplo de uma denominação mais dinâmica, não violenta e de *power to* que a noção de poder ganhou. Além do entendimento da similaridade entre a condição da mulher e a dos países periféricos possuem quanto à falta de autonomia no cenário internacional; do entendimento da interdependência que afeta questões de segurança em todo globo, onde para que haja segurança de fato, precisa haver segurança social, ambiental, econômica e de gênero; da necessidade de superação da visão masculinizada sobre militarização a qual é cheia de preconceitos e verdades naturalizadas a fim de manter um *status quo*, e num estudo sobre a posição da América Latina, por causa da posição geográfica brasileira e haitiana, sobre o litígio de gênero, onde os temas feministas para que sejam ao menos debatidos, tem que ser levantados sob a bandeira pró-família. Com tais levantamentos, é notável a contribuição que a academia pode proporcionar para que as missões de paz, especialmente a MINUSTAH, se tornem menos masculinizada, uma vez que a teoria de gênero da área consegue debater questões tradicionalmente consideradas *hard power*, maisntream e de interesse masculino das relações internacionais.

Conclui-se, também, após uma apuração dos relatórios e mandados das Nações Unidas sobre as questões de gênero e participação feminina, que, apesar de ter ocorrido recentes avanços significativos na direção de operações de paz com premissas feministas, ainda é necessário passar tais avanços para a ação, uma vez que a participação de mulheres é bastante baixa e que concepções de gênero são parcamente debatidas nas missões.

Sobre a MINUSTAH, nota-se, uma vez que é uma missão multidimensional com objetivos diversos, como a restauração da paz, criação de instituições fortes internamente,

elevação da condição de vida e erradicação da falta de confiança na democracia e nas eleições, a necessidade de se pensar que operações tradicionais, com alto uso de poderio e diretrizes militares, já que essa visão clássica trata mais da cura dos sintomas do que dos próprios motivos para a instabilidade da região, sendo necessário, portanto, a adoção de concepções de gênero que buscam entender a complexidade da situação e procurar soluções criativas e eficientes que sane a problemática haitiana de maneira mais completa e profunda.

Ademais, sobre a participação brasileira na MINUSTAH sob a óptica da teoria de gênero, fez-se necessário a elaboração de uma *checklist* com oito pontos essenciais, mas não prioritários entre si, que uma missão menos masculinizada deveria possuir. Assim, quanto aos pontos de uma redefinição de poder de forma mais dinâmica, da superação das barreiras imaginárias do campo, percebe-se que o envolvimento do Governo Brasileiro deixa a desejar, uma vez que não define de forma clara a vertente de poder adotada nas operações em seus principais documentos sobre defesa, não debate a questão binária e exclusiva dos principais conceitos da área de Relações Internacionais.

Quanto aos pontos do *checklist* que versam sobre um conceito mais plural de segurança nacional, na utilização de *gender advisers*, na percepção da necessidade de empoderamento das mulheres nas missões, na criação de instituições que abordem as temáticas femininas e que criminalizem a violência de gênero e na não priorização militar na missão, as Forças Armadas brasileiras apresentaram atitudes similares às expostas, pelo menos em discurso, faltando certa praticidade do Governo Brasileiro. Tais ações se exemplificariam no entendimento de interdependência a cerca da noção de segurança nacional e internacional, na alocação, desde o primeiro ano de MINUSTAH, de equipes de *gender advisers*, na intenção do Ministério da Defesa de aumentar a participação de mulheres nos altos cargos da missão, de incrementar o uso de premissas de gênero, do visível aumento das mulheres haitianas nos processos de tomada de decisão, além da compreensão do Ministério da Defesa que para a realização dos objetivos da operação, será necessário multiplicar as prioridades, não só monopolizando as questões militares. Sobre o último ponto, a colaboração entre as *All Female Units* com as unidades masculinas tradicionais, para que no futuro tal segregação não seja mais necessária, a MINUSTAH, não por causa do Governo Brasileiro, adotou a primeira unidade inteiramente feminina em setembro de 2015.

Por fim, faz-se necessário analisar que, dois oitos pontos elaborados na *checklist*, o envolvimento brasileiro contribuiria na diminuição dos valores masculinos da MINUSTAH, de forma clara ao adotar três deles. Entretanto, tal percepção positiva do Brasil para uma operação de paz com princípios das teorias de gênero detém sérias ressalvas. Primeiramente porque não consegue ou não tem o interesse de cumprir de maneira incisiva metade das proposições da lista, de ignorar os dois primeiros tópicos que são os que mais sintetizam os valores de gênero defendido na academia de Relações Internacionais, e por causa da falta da colocação prática dos discursos dos representantes brasileiros, visto que a maioria dos membros do contingente ainda nacional são homens e que as poucas mulheres ou indivíduos com noções de gênero estão, na hierarquia da missão e do comando militar, nas posições mais baixas, estando excluídas dos processos de tomada de decisão.

Logo, nota-se que, apesar de não adotar de forma realmente satisfatória todos os oitos elementos da *checklist*, é interessante ver com entusiasmo os próximos anos das missões, principalmente a MINUSTAH, visto que se seguirem as diretrizes das Nações Unidas e do Governo Brasileiro, deve acarretar em resultados e consequências mais nítidas e práticas dos valores de gênero por ora debatido. É importante também continuar o esforço para que todos os Estados participantes, nos seus envolvimento nas Missões de Paz, para adotar princípios menos masculinizados, aderindo os ideais de gênero na elaboração dos objetivos, devido ao caráter multidimensional das atuais operações. Ademais, no caso da MINUSTAH, tal adesão dos conceitos feministas é relevante por compreender as reais fontes dos problemas políticos e sociais haitianos, podendo resolver de forma mais afirmativa os desafios do Haiti do que as diretrizes mais tradicionais das Relações Internacionais.

Devido à contemporaneidade da missão, do próprio envolvimento brasileiro e das atuais tentativas das Nações Unidas de tentar adotar operações menos masculinizadas, da falta de alguns dados recorrente da MINUSTAH e da impossibilidade de fazer um trabalho de campo mais apurado no Haiti, é interessante procurar transcender tais limites e fazer uma continuação dessa pesquisa. Assim, se faz importante elaborar um estudo enfatizado na participação das atuais conselheiras de gênero, das unidades femininas, e de suas futuras consequências tanto no desenvolvimento haitiano quanto no *modus operandis* das Missões de Paz da ONU

REFERÊNCIAS

ABFIP ONU. *Associação Brasileira das Forças Internacionais da Paz da ONU*. São Paulo, 2015. Disponível em: <http://www.abfiponu.org.br/historia02.html>. Acesso em: 15 Jul 2015.

ALLEN, Amy, "Feminist Perspectives on Power", The Stanford Encyclopedia of Philosophy (Summer 2014 Edition), Edward N. Zalta (ed.), URL = <http://plato.stanford.edu/archives/sum2014/entries/feminist-power/>. P. 2, 7, 12, 13;

ALTER PRESSE. *Women in Politics* – Exclusive Interview with former Haitian Prime Minister, Michelle Pierre-Louis. Porto Príncipe, 201. Disponível em: <http://www.alterpresse.org/spip.php?article14008#.VipsTX6rTIV> Acesso em 10 out 2015;

BEAUVOIR, Simone de, 1974. *The Second Sex*, New York: Vintage Books. Cap. 2;

BELLAMY, Alex J. with GRIFFIN, Stuart. *Understanding Peacekeeping*. 2nd ed. Malden, MA: Polity Press; 447 p. (2010). Disponível em http://books.google.com.br/books?id=IU16LW216ocC&printsec=frontcover&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false;

BERTOLAZZI, Francesco. 2010. "Women with a blue helmet: the integration of women and gender issues in UN peacekeeping missions." UN-INSTRAW Working Paper Series.;
BRACEY, Djuan. *O Brasil e as operações de manutenção da paz da ONU: os casos do Timor Leste e Haiti*. *Contexto Internacional*, Rio de Janeiro, v.33, n.2, Jun/Dez 2011. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-85292011000200003>. Acesso em: 26 Jun 2015;

BRASIL. Decreto Nº 6.703, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2008. Aprova a Estratégia Nacional de Defesa, e dá outras providências. *Presidência da República, Casa Civil*, Brasília. 19 de dez. Seção 1 p. 2, 9. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/Decreto/D6703.htm Acesso em 1 out 2015;

BULL, Hedley, *A sociedade anárquica*. Brasília: UnB, 2002.

CONNELL, R. W. E MESSERSCHMIDT James W. *Hegemonic Masculinity: Rethinking the Concept*. Sage Publications. (2007). Acesso em: <http://gas.sagepub.com/cgi/content/abstract/19/6/829>;

EM DISCUSSÃO. *Força militar do Brasil em missões de paz*, 2010. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/defesa-nacional/estrategia-nacional-para-reorganizacao-e-reaparelhamento-da-defesa/forca-militar-do-brasil-em-missoes-de-paz.aspx>. Acesso em 12 out 2015;

ENLOE, Cynthia. *The Curious Feminist* (2004). University of California Press.

FAGANELLO, Priscila Liane Fett. *Operações de Manutenção da Paz da ONU: de que forma os Direitos Humanos revolucionaram a principal ferramenta internacional da paz*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2013, p. 42, 57, 59, 63, 65, 57-67.

FONTOURA, Paulo Roberto Campos Tarrisse da. *O Brasil e as Operações de Manutenção da Paz da Nações Unidas*. Funag: Brasília, 2005.

FOUCAULT, Michel, 1977. *Discipline and Punish: The Birth of the Prison*, trans. Alan Sheridan. New York: Vintage. P.26;

GIANNINI, Renata Avelar. *Da política à implementação: preenchendo as lacunas para a promoção de uma abordagem de gênero no Haiti*. *Brasil e Haiti: reflexões sobre os 10 anos da missão de paz e o futuro da cooperação após 2016*, Rio de Janeiro, vol. 1, n.13, p. 68-76, jan 2015. Disponível em: <http://igarape.org.br/wp-content/uploads/2015/04/AE-13_Brasil-e-Haiti.pdf>. Acesso em: 26 ago 2015;

_____, Renata Avelar. *Promover gênero e consolidar a paz: a experiência brasileira*, 2014b. Disponível em: <http://igarape.org.br/wp-content/uploads/2014/09/Artigo-9-Promover-G%C3%AAnero-e-Paz-web3.pdf>; Acesso em: 26 ago 2015;

GIRARD, Philippe R. *The Slaves Who Defeated Napoleón: Toussaint Louverture and the Haitian War of Independence, 1801 – 1804*. Tuscaloosa: The University of Alabama Press, 2011;

GONÇALVES, Israel Aparecido. *A academia em luta: o debate na literatura sobre a participação do Brasil na Minustah*. São Paulo. Universidade Federal de São Carlos, SP. 2013, p. 9. Disponível em: <<http://www.semecip.ufscar.br/wp-content/uploads/2014/12/O-debate-acad%C3%AAmico-sobre-a-MINUSTAH-entre-a-Diplomacia-Solid%C3%A1ria-e-os-interesses-pol%C3%ADticos-brasileiros.pdf>>. Acesso em: 25 set 2015;

HARSTOCK, Nancy. *Postmodernism and Political Change: Issues for Feminist Theory*. University of Minnesota, 2010;

HEREDIA, Edmundo Aníbal. *Relaciones internacionales latinoamericanas: historiografías y teorías*. Red de Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal. 2008;

JAQUETTE, Jane, “Women and Power in Latin American Democracies”. University of Miami. Acesso em:

https://umshare.miami.edu/web/wda/hemisphericpolicy/Jaquette_WomenandPower_in_LA.pdf;

JENNINGS, Kathleen M. *Women's Participation in UN Peacekeeping Operations: Agents of Change or Stranded Symbols?* NOREF Report, 2013. September. Disponível em: <<http://www.peacebuilding.no/Themes/Women-peace-and-security/Publications/Women-s-participation-in-UN-peacekeeping-operations-agents-of-hange-or-strandedsymbols/%28language%29/eng-US?>>. Acesso em: 29 jul 2015;

KENKEL, Kai Michael. Five generations of peace operations: from the "thin blue line" to "painting a country blue". *Rev. bras. polít. int.* (2013), vol.56, n.1, pp. 122-143. ISSN 0034-7329. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0034-73292013000100007>>. Acesso em: Maio 2015;

LAZIER, Tiago Cerqueira. *Eleições são realizadas no Haiti, após quatro adiamentos*. Belo Horizonte, 2006. Disponível em: http://www.pucminas.br/imagedb/conjuntura/CNO_ARQ_NOTIC20060320104332.pdf?PHPSESSID=0295a6600ccdea5fa08803d1899a873e; Acesso 27 set 2015;

MACKINNON, Catharine. *Feminism Unmodified: Discourses on Life and Law*, Cambridge, MA: Harvard University Press, 1987;

MARINHA. *Marinha do Brasil nas Operações de Paz*. Brasília, 2015. Disponível em: <http://www.mar.mil.br/hotsites/operacao_paz/operacoesPaz.html>. Acesso em: 07 maio 2015;

MINISTÉRIO DA DEFESA. *Estratégia Nacional de Defesa, Paz e segurança para o Brasil*. Brasília, 2008. Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/projetosweb/estrategia/arquivos/estrategia_defesa_nacional_portugues.pdf> . Acesso em: 24 set 2015;

_____. *Livro Branco de Defesa Nacional*. Brasília, Ministério da Defesa, 2013. Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/arquivos/2012/mes07/lbdn.pdf>. Acesso em: 25 set 2015;

_____. Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br/index.php/noticias/4454-militares-brasileiras-exaltam-experiencia-de-atuar-em-missao-no-haiti>>. Acesso em 5 out 2015;

MOLYNEUX, Maxime. *Change and Continuity in Social Protection in Latin America: Mothers at the Service of the State?* (UNRISD) 2007;

MONTE, Izadora Xavier. *O debate e os debates: abordagens feministas para as relações*
MORGENTHAU, Hans. *Política entre as Nações: a luta pelo poder e pela paz*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003. Disponível em <http://funag.gov.br/loja/download/0179_politica_entre_as_nacoes.pdf>

OECD, 2007, 'Principles for Good International Engagement in Fragile States', Learning and Advisory Process on Difficult Partnerships, Development Assistance Committee (DAC), Organisation for Economic Co-operation and Development, Paris;

ONU, CARTA DAS NAÇÕES UNIDAS, São Francisco, 1945, p. 3. Disponível em: <http://unicrio.org.br/img/CartadaONU_VersoInternet.pdf>. Acesso em 14 maio 2015;

_____, *Minustah: United Nations Stabilization Mission in Haiti*. Disponível em: <<http://www.un.org/en/peacekeeping/missions/minustah/background.shtml>>. Acesso em: 18 set 2015;

_____, *Monthly Summary of Military and police Contribution to United Nations Operations, 31 July 2015*. Disponível em: <<http://www.un.org/en/peacekeeping/documents/Yearly.pdf>> Acesso em: 12 ago 2015;

_____, Resolução 1325. 2000. Nova Iorque. Disponível em: <[http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1325\(2000\)](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1325(2000))>. Acesso em: 14 set 2015;

_____, Resolução 1820. 2008. Nova Iorque. Disponível em: <[http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1820\(2008\)](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1820(2008))>. Acesso em: 14 set 2015;

_____, Resolução 1888. 2009. Nova Iorque. Disponível em: <[http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1888\(2009\)](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1888(2009))>. Acesso em: 14 ago 2015;

_____, Resolução 1889. 2009. Nova Iorque. Disponível em: <[http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1889\(2009\)](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1889(2009))>. Acesso em: 14 ago 2015;

_____, Resolução 1960. 2010. Nova Iorque. Disponível em: <[http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1960\(2010\)](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1960(2010))>. Acesso em 14 ago 2015;

_____, Resolução 2122. 2013. Nova Iorque. Disponível em: <[http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/2122\(2013\)](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/2122(2013))>. Acesso em 14 ago 2015;

_____, 2015. Disponível em: <<http://www.un.org/en/peacekeeping/issues/women/wherewework.shtml>> . Acesso em: 24 set 2015;

_____. *What is a gender adviser?*, 2015. Disponível em: <http://www.un.org/womenwatch/osagi/resources/faces/4-Gender_faces_en.pdf>. Acesso em 28 set 2015.

_____, *Where do we work?*, 2015. Disponível em: <<http://www.un.org/en/peacekeeping/issues/women/wherewework.shtml>>. Acesso em: 28 set 2015;

PALÁCIO DO PLANALTO. *Discurso da presidenta Dilma para Minustah, no Haiti*. Haiti, 2012. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=YV96gLBvnAU>>. Acesso em: 27 set 2015;

PEPPARD, Christina. *Denaturing Nature*, 2013. Disponível em: <<http://usqr.utsnyc.edu/wp-content/uploads/2011/08/PeppardUSQRv63-1-2.pdf>>. Acesso em: 15 abr 2015.

PEZZULLO, Ralph. *Plunging into Haiti, Clinton, Aristide and the Defeat of Diplomacy*. Mississippi. University Press of Mississippi, 2006.

SANTOS, Maria Helena de Castro. *A nova missão das forças armadas Latino-Americanas no mundo pós-Guerra Fria: o caso do Brasil*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v.19, n.54, fev 2004. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092004000100007>>. Acesso em: 27 Jun2015;

SMIC, Olivera. *Moving beyond the numbers: integrating women into peacekeeping operations*. NOREF, 2013. Disponível em < <http://www.resdal.org/wps/assets/moving-beyond-the-numbers.pdf> >. Acesso em 15 jun 2015;

SMITH, Sir Steve. *International Theory: Positivism and beyond. Positivism and Beyond*. Cambridge University Press. 1996. ;

SEITENFUS, Ricardo. *De Suez ao Haiti: a participação brasileira nas operações de paz. O Brasil e a ONU*. Brasília: FUNAG, 2008; Disponível em: http://www.seitenfus.com.br/arquivos/Seitenfus_-_De_Suez_ao_Haiti.pdf. Acesso em: 28 maio 2015;

TICKNER, A *Critique of Morgenthau's Principles of Political Realism*, 2005. Disponível em <<https://wiki.zirve.edu.tr/sandbox/groups/economicsandadministrativesciences/wiki/bacb5/attachments/bfc19/7.pdf?sessionID=be1325d37a7c5f7b99f39de6da779933c272d74d>>Acesso em 20 mar 2015;

TICKNER, Ann. *Gender in International Relations* (1992). Columbia University Press, 1992. Disponível em: <<http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.467.44&rep=rep1&type=pdf>>. Acesso em 22 mar 2015;

TIMES, The New York. *Bangladesh produces world's first all-women UN peacekeeping unit*. New York, 2015. Disponível em: <<http://nytlive.nytimes.com/womenintheworld/2015/09/20/bangladesh-produces-worlds-first-all-women-un-peacekeeping-unit/>>Acesso em: 26 set 2015;

UNITED NATIONS. Department of Peacekeeping Operations; Department of Field Support. *Principles and guidelines [Doutrina Capstone]*. New York, 18 jan. 2008. Disponível em: <http://www.peacekeepingbestpractices.unlb.org/Pbps/Library/Capstone_Doctrine_ENG.pdf>. Acesso em: 20 de jan de 2015;

UN News Center. *UN's first female force commander talks peacekeeping and why she's not taking her Harley to Cyprus*. 2014. Disponível em:

<<http://www.un.org/apps/news/story.asp?NewsID=47793#.VipYp36rTIU>> . Acesso em 14 jun 2015;

UNITED NATIONS. 1995). Secretary-General. Supplement to An Agenda for Peace: Position Paper of the Secretary-General on the Occasion of the Fiftieth Anniversary of the United Nations. A/50/60 – S/1995/1. <<http://www.un.org/Docs/SG/agsupp.html>>. Accessed Jan 21, 2015;

UZIEL, Eduardo. *O Conselho de Segurança, as operações de manutenção da paz e a inserção do Brasil no mecanismo de segurança coletiva das Nações Unidas*. Brasília, DF: Funag, p.20, 22. 2010;

WAGNER, Jaques. Discurso no Painel Independente de Alto Nível da Organização das Nações Unidas sobre Operações de Paz. Salvador, 2015 p,3. Disponível em: http://www.defesa.gov.br/arquivos/2015/pronunciamentos/ministro/marco/revisao_das_operacoes_de_paz_da_onu.pdf. Acesso em 1 out 2015;

WALTZ, Kenneth N. *Theory of International Politics*. New York: McGraw Hill. (1979). Disponível em <<http://books.google.com.br/books?hl=en&lr=&id=OaMfAAAAQBAJ&oi=fnd&pg=PP2&dq=WALTZ,+Kenneth+N.+Theory+of+International+Politics&ots=GK1jSk-MrR&sig=hRrN0Gp7mOXAdL9no9rQhTgZW-E#v=onepage&q=WALTZ%2C%20Kenneth%20N.%20Theory%20of%20International%20Politics&f=false>>

WARTENBERG, Thomas, 1990. *The Forms of Power: From Domination to Transformation*, Philadelphia: Temple University Press;

YIN, Robert. *Estudo de caso: Planejamento e métodos*. Rio de Janeiro: Bookman,2005;

YOUNG, Iris Marion. *Justice and the Politics of Difference*, Princeton, NJ: Princeton University Press.1990;

———. *Throwing Like a Girl And Other Essays in Feminist Philosophy and Social Theory*, Bloomington, IN: Indiana University Press, 1990b.